

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Daniela Miranda Guimarães

**Parque Linear: Perspectivas e Realidades – o estudo de caso do
Parque Linear Rio Verde, Itaquera, São Paulo, SP**

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Daniela Miranda Guimarães

Parque Linear: Perspectivas e Realidades – o estudo de caso do
Parque Linear Rio Verde, Itaquera, São Paulo, SP

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Marisia Margarida Santiago Buitoni.

SÃO PAULO

2010

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho aos meus pais, Wilson e Lucia, pelo amor incondicional, apoio, força para superação de obstáculos e ensinamentos fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional. Aos meus irmãos Debora e Denis, pelo companheirismo, amizade, amor e carinho. Ao meu marido Marco Aurélio, pelo amor, respeito e compreensão. Eu só tenho a agradecer por vocês existirem em minha vida.

Agradecimentos

A Deus, pela fonte inesgotável de inspiração divina, força, saúde, perseverança e amor.

Aos meus pais, Wilson e Lúcia, pelo incentivo, amor e coragem para eu atingir meus objetivos.

À minha irmã Debora, pela amizade, amor, companheirismo, e pela ajuda com as tabelas e gráficos.

Ao meu irmão Denis pela amizade e amor.

Ao meu marido Marco Aurélio, pelo carinho, amor, atenção, paciência, compreensão de minhas aflições e ausências e solicita ajuda com aos trabalhos de campo e discussões.

À Professora Doutora e Orientadora Marísia Santiago Buitoni, pelo respeito, dedicação, ensinamento, ajuda, compreensão, incentivo e contribuição para ampliação de meus conhecimentos profissionais.

Ao Professor Doutor Edson Cabral e a Professora Doutora Kátia Canil, pelas orientações durante a banca de qualificação, que permitiram enriquecer a pesquisa.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela oportunidade de crescimento científico, pessoal e profissional.

À querida Milena, pelo doce sorriso e alegria sempre presente.

À minha amiga “irmã” Andréia Jofre, pela eterna amizade e carinho.

À minha amiga “tia” Nair, pela compreensão, carinho e por me ouvir sempre.

Aos amigos Luana Manzione e Leandro Gaffo, por me ouvirem, pelos bons momentos e incentivos.

Aos amigos da Unicastelo, Emil, Ana Maria, Antonio Carlos e Floriano por todas as palavras carinhosas e alegres.

Aos alunos da Unicastelo, pela companhia e força em todos os momentos.

À colega Carol Barranco, pela solicita ajuda com as imagens do trabalho.

Às colegas Mônica Cruz e Nath Aspácio, pelas conversas e carinho.

Aos meus avós, Lídia, Elza e Nelson pelo amor e pela vida.

Ao meu tio Orlando pelo incentivo constante.

Ao meu grande amigo Rodolfo, por me ouvir e aguentar nos momentos mais difíceis.

À amiga Verônica pela ajuda com o abstract.

À Rosa, moradora da “Favela da Paz”, pela disposição e atenção durante as pesquisas de campo, e aos demais moradores que se tornaram indispensáveis na elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

A implantação de Parques Lineares surgiu na cidade de São Paulo no Plano Diretor Estratégico, criado pela Lei 13.430 de 2002 e propõe na legislação urbanística e ambiental o programa de Recuperação Ambiental em Cursos d'Água e Fundos de Vale. Este trabalho apresenta a lógica da urbanização em Itaquera e a criação de parques lineares na cidade de São Paulo, reúne reflexões e análises sobre a implantação de parques lineares em áreas urbanas, além de discutir a necessidade de implantação dos parques lineares para a recuperação dos recursos hídricos do município, a partir da implantação do Parque Linear Rio Verde. Buscou-se com essa dissertação discutir a intervenção pública em áreas de ocupação irregular e avaliar o impacto que o Parque Linear Rio Verde causou a vizinhança. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa utilizou-se de observações de campo, entrevistas, dados obtidos junto a órgãos oficiais municipais e importantes referenciais teóricos que discutem a urbanização brasileira e municipal, a história do bairro Itaquera, os parques urbanos, além da legislação urbanística e ambiental. Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram que o parque ainda não apresenta características sociais e ambientais corretas de acordo com a proposta de implantação.

Palavras chave: parques lineares, fundos de vale, ocupação irregular, urbanização.

ABSTRACT

The implantation of Linear Parks began in the city of São Paulo in the Strategic Director Plan, created by the law 13.430 in 2002 and propose in the urbanistic and environmental legislation the program of Environmental Recovery in Water Courses and Back Valley. This study presents the logic of the urbanization in Itaquera and the creation of linear parks in the city of São Paulo, gathers reflections and analysis about the implantation of linear parks in urban areas, and discusses the necessity of implantation of linear parks to the recovery of the town water resources, with the implantation of the Rio Verde Linear Park. It was intended with this dissertation to discuss the public intervention in irregular occupation areas and to evaluate the impact that the Rio Verde Linear Park caused to the neighborhood. To reach these objectives, the research was done through on-site observations, interviews, data obtained with official municipal organs and important theoretical referentials that discuss the Brazilian and municipal urbanization, the history of Itaquera neighborhood, the urban parks, besides the urbanistic and environmental legislation. The results obtained in this research demonstrate that the park has not presented correct social and environmental features according to the proposal of the implantation.

Keywords: Linear parks, back valley, irregular land occupation, urbanization.

Lista de Ilustrações

Mapas

Mapa 1 – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo.....	73
Mapa 2 – Mapa do Município de São Paulo.....	74

Fotografias

Fotografia 1 – Sistema de esgotamento individualizado – Favela da Paz.....	77
Fotografia 2 – Novas ocupações – Favela da Paz.....	78
Fotografia 3 – Aspectos do sistema de drenagem de águas pluviais.....	79
Fotografia 4 – Entupimento – Favela da Paz.....	79
Fotografia 5 – Obras do Parque Linear Rio Verde.....	92
Fotografia 6 – Obras do Parque Linear Rio Verde.....	93
Fotografia 7 – Erosão das margens do córrego Rio Verde.....	94
Fotografia 8 – Perfil da Favela da Paz.....	95
Fotografia 9 – Perfil da ocupação das margens do córrego Rio Verde.....	95
Fotografia 10 – Início das obras do Parque Linear Rio Verde.....	97
Fotografia 11 – Situação atual das obras do Parque Linear Rio Verde.....	97
Fotografia 12 – Início das obras do Parque Linear Rio Verde.....	98
Fotografia 13 – Situação atual das obras do Parque Linear Rio Verde.....	98
Fotografia 15 – Estágio atual das obras.....	99

Gráficos

Gráfico 1 – Perfil do entrevistado (Sexo).....	81
Gráfico 2 – Perfil do entrevistado (Grau de escolaridade).....	82
Gráfico 3 – Tempo de permanência no endereço.....	82
Gráfico 4 – Entrevista.....	82

Gráfico 5 – Entrevista.....	83
Gráfico 6 – Entrevista.....	84
Gráfico 7 – Entrevista.....	84
Gráfico 8 – Entrevista.....	85
Gráfico 9 – Entrevista.....	85
Gráfico 10 – Entrevista.....	86
Gráfico 11 – Entrevista.....	87
Gráfico 12 – Entrevista.....	87
Gráfico 13 – Entrevista.....	88
Gráfico 14 – Entrevista.....	89

Imagens

Imagem 1 – Localização do Parque Linear Rio Verde e Favela da Paz.....	76
Imagem 2 – Eixo de intervenção do córrego Rio Verde.....	90
Imagem 3 – Planta de distribuição dos equipamentos do parque.....	91
Imagem 4 – Imagem de satélite Parque Linear Rio Verde.....	96

Quadros

Quadro 1 – Problemas dos Conjuntos Habitacionais (Itaquera I, II e III).....	24
Quadro 2 – Lista de benefícios sobre a vegetação urbana.....	36
Quadro 3 – Parques Municipais de São Paulo (Século XIX).....	46
Quadro 4 – Parques Municipais de São Paulo (Século XX).....	47
Quadro 5 – Parques Municipais de São Paulo (Século XXI).....	49
Quadro 6 – Programa 100 Parques para São Paulo (Região Centro).....	51
Quadro 7 – Programa 100 Parques para São Paulo (Região Leste).....	52
Quadro 8 – Programa 100 Parques para São Paulo (Região Norte).....	54
Quadro 9 – Programa 100 Parques para São Paulo (Região Oeste).....	55
Quadro 10 – Programa 100 Parques para São Paulo (Região Sul).....	57

Quadro 11 – Parques Lineares por área, região na cidade e data de implantação.....	71
--	----

Tabelas

Tabela 1 – Expansão da mancha urbana.....	39
Tabela 2 – Município de São Paulo e o Verde Urbano (1995).....	40
Tabela 3 – Verde urbano no município de São Paulo.....	40

Lista de Siglas

AIU – Área de Intervenção Urbana

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

FUNDURB – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

ISA – Instituto Socioambiental

LABHAB – Laboratório de Habitação e Assentamento Humanos

METRÔ – Companhia Metropolitana de São Paulo

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAVS – Projetos Ambientes Verdes Saudáveis

PDE – Plano Diretor Estratégico

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITAQUERA, SÃO PAULO, SP	18
2 PARQUES URBANOS	31
2.1 A função do verde e a importância da vegetação nas cidades	34
2.1.1 Áreas verdes no Município de São Paulo	38
2.1.2 Parques Urbanos em São Paulo.....	42
2.3 Parques Urbanos em São Paulo e a legislação urbana e ambiental.....	59
2.4 Parques Lineares.....	66
2.5 A Implantação de Parques Lineares em São Paulo.....	68
3 IMPLANTAÇÃO DE PARQUES LINEARES EM ÁREAS URBANAS, O CASO DO PARQUE LINEAR RIO VERDE, ITAQUERA, SÃO PAULO, SP	74
3.1 Apresentação da área de estudo.....	74
3.2 Análise de entrevistas.....	81
3.3 Análise do projeto do Parque Linear Rio Verde.....	91
3.4 As transformações do Parque Linear Rio Verde.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS	112
ANEXO A – Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Itaquera	
ANEXO B – Mapa Político Administrativo do Município de São Paulo	
ANEXO C – Mapa – Área urbanizada, segundo período de expansão	
ANEXO D - Entrevistas	

INTRODUÇÃO

Os temas relacionados à Geografia Urbana sempre me trouxeram inquietações e reflexões, principalmente no que se refere à questão urbana e ambiental. A possibilidade de compreender o debate acerca dessa discussão se deu durante a realização da minha monografia, apresentada ao curso de Geografia do Centro Universitário Fundação Santo André.

Após a graduação procurei participar de debates que envolvessem esse tema e me envolvi em atividades que pudessem trazer a sociedade medidas mitigadoras para problemas ambientais urbanos cursando a pós-graduação em Gestão Ambiental no Centro Universitário Fundação Santo André.

Desenvolvi junto ao Instituto NeoTropica – associação sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) - coordenações em projetos ambientais comprometidos com intervenções e ações estratégicas para a defesa da cidadania e do meio ambiente, e desde 2006 leciono a disciplina Geografia Urbana no curso de Geografia da Universidade Camilo Castelo Branco, o que me despertou a necessidade de um aprofundamento na área de urbanização e meio ambiente.

Durante os quatro anos como professora da Universidade Camilo Castelo Branco, tive a oportunidade de conhecer a Zona Leste de São Paulo, principalmente o bairro de Itaquera, o que me proporcionou aprimorar pesquisas sobre o local, troca de experiências com os alunos que são moradores de Itaquera ou de outros bairros da Zona Leste e amadurecimento teórico importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Em tal oportunidade, procurei conhecer projetos e programas da prefeitura de São Paulo relacionados à gestão urbana e ambiental do município e tive a oportunidade de visualizar o “Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Construindo políticas públicas integradas na cidade de São Paulo” e as ações desse trabalho relacionadas ao tema “água”, onde a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA – iniciou o Programa de Parques Lineares, como forma de diminuir as enchentes e criar áreas de lazer.

Foi percebido que a implantação de parques lineares está prevista no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e que alguns parques já estavam em fase de construção. Realizei diversas pesquisas para descobrir a localização dos parques e conhecê-los, porém o que mais me chamou atenção foi o parque Linear Rio Verde, pois o mesmo está sendo instalado no bairro de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, região que por muito tempo permaneceu restrita à construção de moradias e que apresenta problemas urbano-ambientais significativos.

Portanto, a minha experiência profissional e a oportunidade de conhecer a Zona Leste de São Paulo possibilitaram uma análise enriquecedora para a escolha do tema e espero que minhas reflexões possam contribuir com o atual debate acerca da criação de parques lineares em áreas urbanas.

A relevância do tema escolhido na linha de pesquisa Urbanização, Meio Ambiente e Novas Tecnologias será justificada a seguir, no contexto das transformações ocorridas na cidade de São Paulo, nas últimas décadas.

O crescimento da cidade de São Paulo deve-se a intensa urbanização, a partir de 1950, impulsionado pelo processo de industrialização e a instalação de sedes das transnacionais em diversos pontos do município. Nesse período muitas pessoas migraram de várias regiões do país em direção a São Paulo em busca de trabalho, e rapidamente a cidade foi sendo ocupada sem nenhum planejamento. Ainda hoje os trabalhadores que chegam a São Paulo não encontram muitas opções de moradia e ao tentar resolver o problema de habitação, acabam morando em assentamentos urbanos precários, cortiços, várzeas dos rios e ocupando áreas de mananciais.

Para Corrêa (1993), os principais responsáveis por esses problemas são os agentes transformadores do espaço, que por meio da especulação imobiliária, fazem com que existam áreas vazias mais próximas do principal centro urbano aguardando maior valorização, enquanto a população de baixa renda é obrigada a se instalar nas áreas mais distantes. Ou seja, a especulação imobiliária adotou um método para parcelar a terra da cidade, sendo que os novos loteamentos nunca eram feitos em continuidade imediata ao anterior, que já dispunha de serviços públicos. Entre o novo loteamento e o anterior, já equipado de infra-estrutura, deixava-se um espaço vazio sem lotear. Os novos loteamentos são feitos em terrenos mais afastados do

centro, sem infra-estrutura (água, luz, esgoto, transporte), e são primeiramente ocupados pela população de baixa renda, na maioria das vezes na forma de loteamentos clandestinos.

A comunidade que ali se forma começa a reivindicar a extensão de infra-estrutura, e com a chegada desses recursos, esta área loteada é imediatamente valorizada, e isso significa também o aumento de impostos e taxas, na qual a população local, muitas vezes não tem condições de pagar.

Isso resultará na venda da área, e essas pessoas reiniciarão o processo de ocupação e construção por eles mesmos num ponto mais distante, como por exemplo, na periferia da cidade e nas áreas de mananciais.

Com a desculpa de atender a demanda de habitação para a classe trabalhadora, é criado em 1964 pela Lei n. 4380 o Banco Nacional de Habitação (BNH). Para Scarlato (2003) acabou transformando-se em instituição de acumulação de capitais para o sistema, financiando habitações para a crescente classe média e estimulando a verticalização e o adensamento da cidade, mediante financiamentos inacessíveis às populações de baixa renda.

Para atender a demanda de habitação para a população de baixa renda e ocupar áreas vazias cada vez mais distantes do centro, criou-se construções de habitação popular por intermédio das COHAB-SP (antiga Cooperativa de Habitação e atual Companhia Metropolitana de Habitação) segundo dados da prefeitura de São Paulo a COHAB é uma empresa estatal responsável por executar políticas públicas de habitação na região metropolitana de São Paulo, criada em 1965, por meio da Lei Municipal 6.738. Muitos conjuntos habitacionais estão principalmente na Zona Leste de São Paulo foram construídos nesse período. As casas ou apartamentos eram construídos com materiais de baixa ou péssima qualidade e meses depois recebiam o mínimo de infra-estrutura (abastecimento, transporte, pavimentação etc.) desprovido de áreas de lazer, praças, jardins ou parques.

Segundo Scarlato (2003) os conjuntos habitacionais construídos pelas COHABs são:

(...) geralmente construções feitas com materiais de baixa qualidade e situadas em terrenos nem sempre de acordo com as exigências da

legislação. Sua padronização e maneira como são alinhados os edifícios, sem nenhum cuidado na criação de uma paisagem integradora do indivíduo com o seu espaço, fazem com que uma grande parte desses conjuntos de casas e edifícios se apresente como uma massa de cimento desprovida de praças e jardins, com um visual de profunda monotonia e localizada distante dos lugares de trabalho e lazer que a cidade pode oferecer. (SCARLATO in ROSS p.454 e 455)

A situação apontada pelo autor pode ser explicada pelo Conjunto Habitacional de Itaquera que antes da construção do Conjunto Habitacional, e da intensa urbanização a principal atividade era a agricultura.

Estudado como subúrbio oriental da cidade de São Paulo por geógrafos da Universidade de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960 sua agricultura teve destaque como uma paisagem particular. Quando se mencionava Itaquera, vinha a mente a paisagem com hortaliças, flores e frutas diversas, criavam galinhas poedeiras para a produção de ovos. Ainda hoje são visíveis as marcas na paisagem deixadas por japoneses e portugueses que se dedicaram à vida rural nas áreas formadas por este distrito.

Em sua área rural, merece uma referência o importante núcleo agrícola da Colônia, situado a menos de 5 km do aglomerado de Itaquera, em terras que pertencem antiga Fazenda Caaguaçu e estendendo-se pela bacia do Jacu e alcançando o vale superior do rio Aricanduva. Trata-se de uma criação da “Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola”, que lhe deu tal nome para acentuar seu caráter rural e dividiu a grande gleba em mais de 600 lotes, por volta de 1920. Hoje acha-se quase inteira ocupada por pequenas propriedades agrícolas pertencentes sobretudo a japoneses, embora também ali trabalhem brasileiros, alemães, russos, húngaros, lituanos, poloneses, tcheco eslovacos etc... (AZEVEDO, 1958, p. 156)

Os primeiros japoneses que chegaram na década de 1920 viviam em habitações modestas construídas entre os cultivos e os galpões destinados à criação de galinhas. Na agricultura destacavam-se as frutas e hortaliças que eram encaminhados aos mercados e feiras.

Procurando entender essa lógica da urbanização em Itaquera e a criação de parques lineares na cidade de São Paulo, a investigação dessa pesquisa na linha de Urbanização, Meio Ambiente e Novas Tecnologias, reúne reflexões e análises pertinentes ao tema. Neste sentido, o presente trabalho discute perspectivas e realidades, a partir da implantação de Parques Lineares no município de São Paulo, o caso do Parque Linear Rio Verde, Itaquera..

No âmbito mais específico pretendeu-se:

- Analisar intervenções dos órgãos municipais sobre a implantação dos parques lineares urbanos.

- Discutir os principais conflitos existentes durante a implantação de parques lineares no município de São Paulo, a partir da implantação do Parque Linear Rio Verde, no bairro de Itaquera.

- Avaliar o impacto que a implantação do Parque Linear Rio Verde causou a população e a vizinhança.

.Os procedimentos metodológicos para responder as questões levantadas foram:

- Levantamento bibliográfico e leitura de bibliografia referente à temática da Geografia Urbana, analisando as principais obras sobre o surgimento das cidades e suas metamorfoses, a partir da leitura de autores como Milton Santos e Henry Lefebvre. No âmbito nacional as teses de Ana Fani Alessandri Carlos contribuíram para uma reflexão do espaço urbano, sob a ótica da segregação sócioespacial.

- Levantamento bibliográfico e leitura de bibliografia referente à história da cidade de São Paulo, por meio da contribuição de geógrafos como Aziz Nacib A'Saber, Pasquale Petrone, Caio Prado Junior e a obra clássica de Aroldo de Azevedo sobre os subúrbios orientais de São Paulo.

- Levantamento de bibliografia específica sobre os parques lineares em áreas urbanas, para compreensão da temática urbano-ambiental, a partir da criação de parques que servirão como instrumento de lazer e contato com a natureza para a população e como conservação da biodiversidade em áreas urbanas.

Foram importantes referenciais teóricos as obras dos seguintes autores: Francisco Capuano Scarlato, Roberto Lobato Correa (que discutem a urbanização), Amália Inês Lemos e Cecília Maria França (analisam a história do Bairro de Itaquera), Rosa Grená Kliass (discute os parques urbanos em São Paulo) e Maria Lucia Refinetti Martins (analisa o Estatuto da Cidade e a Legislação urbanística e ambiental)

- Fichamento de todas as leituras citadas anteriormente.

- Análise de mapas da Região Metropolitana de São Paulo e do município de São Paulo para verificar a expansão urbana nos últimos anos.

- Confecção de gráficos que demonstrem a criação de parques no município de São Paulo e ilustrem as entrevistas.

- Análise de quadros que configurem os parques e as características do bairro de Itaquera e ilustrações que auxiliem na compreensão do fenômeno estudado;

- Elaboração de documentação fotográfica do Parque Linear Rio verde e entorno.

- Trabalhos de campo na área de estudo, Itaquera e Parque Linear Rio Verde, para entender a realidade do bairro de Itaquera, onde os problemas urbanos sempre foram tratados com descaso pela prefeitura de São Paulo, com a finalidade de observar e analisar a problemática da pesquisa e fazer os registros fotográficos. Além disso, as entrevistas¹ com moradores, depoimentos e conversas informais foram de suma importância para a análise e compreensão das transformações ocorridas naquele espaço e acompanhamento das ações públicas realizadas no bairro. As entrevistas seguiram um roteiro prévio, porém procurando ao mesmo tempo preservar a espontaneidade durante as conversas. Foram realizados 12

¹ Anexos.

trabalhos de campo, cada um com aproximadamente 6 horas de duração, durante os meses de março, maio, junho, julho, outubro, novembro e dezembro de 2009 e fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2010.

- Trabalhos de campo com menor duração o intuito de visitar secretarias da Prefeitura de São Paulo e associações, levantando documentos, mapas, dados estatísticos, livros, teses e informações que contribuíram com a pesquisa.

A partir das observações em campo, falas dos entrevistados, dados obtidos junto a órgãos oficiais como a subprefeitura de Itaquera e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, além de outras fontes como mídia e a literatura foi possível ter elementos suficientes para responder as perguntas que moveram esta pesquisa.

O trabalho está estruturado em três capítulos, no primeiro capítulo se desenvolve uma análise da produção do espaço urbano em São Paulo, abordando aspectos relacionados à sua história, desenvolvimento econômico e expansão urbana.

Ainda no primeiro capítulo é abordado a produção do espaço urbano no Bairro de Itaquera, destacando sua história, localização, aspectos físicos, mapas, além de destacar o processo de ocupação urbana ao longo dos anos e sua relação com os problemas existentes na segregação do município de São Paulo.

O segundo capítulo refere-se à discussão sobre parques, parques urbanos e parques lineares, bem como a criação e implantação de parques lineares no município de São Paulo. Levando em consideração seus objetivos, características e necessidades. Ressaltando o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor como diretrizes para sua implantação.

No terceiro capítulo, discuti-se a implantação de parques lineares em áreas urbanas, como o caso do parque Linear Rio Verde, Itaquera, São Paulo, SP. Neste contexto, são apresentados a área de estudo, análise de entrevistas e transformações após o início da obra.

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITAQUERA, SÃO PAULO, SP.

O bairro ou Distrito de Itaquera localiza-se na Zona Leste de São Paulo, a vinte km do centro da cidade. A origem indígena do nome provém do Guarani que significa “Pedra Dura” (Ita-Aker).

Os Distritos de Itaquera, Cidade Líder, Parque do Carmo e José Bonifácio compõem atualmente a 27ª Subprefeitura da cidade de São Paulo.

Itaquera limita-se:

- Ao NORTE com os Distritos de Ponte Rasa, Vila Jacuí e São Miguel.
- Ao SUL com os Distritos de São Mateus e Iguatemi.
- Ao LESTE com os Distritos de Lajeado, Guaianazes e Cidade Tiradentes.
- Ao OESTE com os Distritos de V. Matilde, Artur Alvim e também Ponte Rasa.

A história da produção do espaço urbano de Itaquera está intimamente ligada às conseqüências da urbanização do seu município provocada pelo tripé: cafeicultura, imigração e industrialização.

A cidade de São Paulo, situada em uma região economicamente periférica durante o século XVII e XVIII, não teve condições que favorecessem o seu crescimento.

Para Lemos e França (1999).

A cidade foi crescendo de forma extremamente lenta, durante o período colonial. Não havia praticamente, pelas cercanias, nenhuma fonte de renda que possibilitasse ao homem, melhores condições econômicas que lhe permitissem grandes planos futuros e conseqüente estabilidade social. Bem ao contrário, as fontes de renda nesse período estavam longe e os paulistanos despovoavam a sua cidade, indo à cata do índio e do ouro. (p.33)

Scarlato (2003) complementa que São Paulo ficou enclausurada e não ultrapassava mais de 1km de raio. As edificações eram pobres e construídas com a técnica de taipa de pilão.² Durante praticamente trezentos anos a cidade de São Paulo permaneceu na pobreza e com crescimento inexpressivo.

No século XIX as ruas ainda eram irregulares, tortuosas, cheias de becos, e ainda não contava com nenhum tipo de infra-estrutura. Aos poucos a cidade foi ganhando novo formato com a inauguração da ferrovia, ampliação do comércio cafeeiro e a imigração, o que levou muitos fazendeiros residirem na cidade e exigirem novos padrões de construção. A partir desse momento, pouco a pouco, as casas de taipa de pilão foram sendo substituídas por casas baseadas no modelo arquitetônico europeu, tornando uma compacta área de grandes palacetes construídos com dois andares, além do piso térreo.

No início do século XX, a crise das exportações do café, diretamente ligada ao colapso da crise financeira internacional de 1929, influenciou uma mudança nos investimentos para outros setores o que possibilitou que o capital acumulado durante a economia cafeeira, fosse investido na indústria.

Com o avanço da industrialização, a cidade passa novamente por transformações. Num ritmo intenso de produção do espaço urbano e reprodução espacial da metrópole.

Mesmo em plena expansão urbana, São Paulo não avança para o Leste e não ultrapassa muito os limites do bairro Penha.

Aroldo de Azevedo (1945) na sua tese sobre os Subúrbios Orientais de São Paulo, escreve nas páginas 74 e 75:

² Técnica construtiva de origem árabe utilizada na fatura de paredes e muros o que consiste no forte apiloamento de terra úmida entre dois pranchões de madeira removíveis que, no taipal, se mantém de pé e afastadas entre si por escoras. A taipa de pilão caracterizou todas as construções paulistas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Fonte: MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO. <http://www.museudacidade.sp.gov.br/taipadepilao.php>. Acesso em 10/08/2010.

Nos últimos 25 anos, registrou-se a expansão do povoamento pelos arredores da colina da Penha, com o partilhamento de antigas propriedades de caráter exclusivamente rural. O mais antigos desses núcleos satélites é Guaiaúna, que se desenvolveu em torno da pequenina estação da Central do Brasil, inaugurada em fins do século passado. Durante muito tempo, sua vida esteve estreitamente ligada a da Penha, pois ali havia um ramal que finalizava ao pé da ladeira da igreja; em suas vizinhanças apenas existiam pastagens para o gado e matas de onde se extraía lenha. Há três décadas teve lugar o primeiro partilhamento dessas terras, embora só em 1922 se iniciasse o loteamento propriamente dito. (p.74)

Para leste, as ligações com a colina da Penha são bem mais estreitas. No Vale do Guaiaúna e ocupando suas encostas, aparecem, por volta de 1922, duas outras vilas. Vila Esperança, entre a Estrada Velha de São Miguel e a linha tronco da Central do Brasil e Vila Matilde, ao sol da via férrea, entre os cursos do Guaiaúna e do Aricanduva. Até uns dez anos atrás foram esses núcleos os pontos mais avançados da Metrópole Paulistana, nessa direção, vindo depois deles os grandes espaços desabitados, que anunciavam o início da zona rural. (p.75)

É possível verificar que ocupação de Itaquera se deu da mesma forma que no restante da cidade de São Paulo: uma expansão natural que acompanhou a extensão da rede ferroviária. Após a instalação das estações de trem inicia-se uma expansão econômica em várias áreas do município e também na região leste. As indústrias se instalaram estrategicamente nas proximidades das vias férreas para escoamento de matéria-prima e produtos, e as pessoas construíram suas casas nos arredores das estações para facilitar sua locomoção ao trabalho.

Aos poucos o comércio vai se instalando ao longo da Avenida Itaquera que veio acompanhando a linha do trem, a Avenida Celso Garcia, Avenida Amador Bueno da Veiga em sua continuidade, passando pela Penha e chegando até ao centro de São Miguel pela atual Avenida São Miguel.

Com a instalação da Estrada de Ferro “Central do Brasil”, em direção ao Rio de Janeiro, em 1877, Itaquera começa a sair do isolamento a que estivera relegada nos séculos XVIII e XIX.

Durante a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX os povoados ou vilas de São Paulo surgem nas rotas de comércio dos tropeiros, e apenas nas últimas décadas do século XX se inicia o processo de ocupação dos loteamentos em pontos isolados da cidade, associados às estações de trem.

As ferrovias conferiram as faixas por elas servidas uma vocação suburbana, por ora apenas incipiente, e as estações ferroviárias uma vocação de polarização da industrialização e do povoamento suburbano. Os povoados-estação seriam ‘embriões’ de importantes núcleos suburbanos da atualidade. (LANGENBUCH, 1971, p.129 in AVERSAN, 2008, p. 42

Para Aversan (2008),

Algumas aglomerações, em função da distância em relação ao centro de São Paulo, acabavam por desenvolver um pequeno comércio, outras receberam indústrias têxteis, de cerâmica etc. De toda forma, uma vida não somente rural, mas urbana começa a ser esboçada nessas localidades. Alguns desse povoados, ao longo do tempo, se especializaram no setor terciário, com comércio simples, e acabaram por se constituir em pequenas centralidades. É o caso de Itaquera e Arthur Alvim.

Em outros pontos da capital surgem “povoados-estação” – pequenos núcleos urbanos próximos à estação ferroviária, alguns desses núcleos se industrializam, outros servem de residência aos operários que trabalham no centro da cidade.

No início da industrialização de São Paulo, os industriais preferem instalar suas indústrias na área central provida de infra-estrutura adequada à produção e circulação de mercadorias, e para escapar da movimentação diária a classe

dominante da época (de origem rural ou nova burguesia industrial emergente) que residia na área central, busca como moradia outras áreas da cidade.

Os terrenos na área central por serem muito valorizados expulsam a população mais pobre para terrenos mais afastados do centro urbano, sem nenhuma infra-estrutura que possa garantir o direito de usufruir da cidade, ou seja, moradia digna, saneamento básico, área de lazer, transporte, escolas, hospitais etc.

Os mecanismos da chamada especulação imobiliária relacionada com a ocupação da cidade, podem ser praticados de várias formas. A mais comum, por estar relacionada a um único grupo incorporador, refere-se ao interior da área loteada e diz respeito à retenção deliberada de lotes. Em geral, vende-se inicialmente os lotes *pior* localizados – em relação aos equipamentos e serviços - para, em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar-se os demais à venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, "valorizando" o loteamento. Esta é uma forma de ocupação programada, onde é também comum deixar-se lotes estrategicamente localizados para a instalação de serviços e comércio de abastecimento diário - padarias, açougues, farmácias, etc. - ou então os conjuntos comerciais.

Estes lotes obviamente terão seu preço elevado em relação aos residenciais, porque visam à conquista de um mercado que se amplia. (RODRIGUES, 1988, p.21-23)

Várias razões privilegiaram algumas áreas da cidade em detrimento de outras, sendo que em áreas mais distantes do centro urbano os problemas se tornaram mais penetrantes, reflexo imediato da industrialização de São Paulo e conseqüente especulação imobiliária.

Segundo Lemos e França (1999),

Itaquera, não foi escolhida como pólo industrial, por razões várias que são, sobretudo, de ordem administrativa. Nem com o advento do

automóvel o foi. A ela parece ter sido reservado o papel de subúrbio dormitório⁴, que perpetuou no tempo, com a recente instalação dos conjuntos habitacionais da COHAB. (p.45)

O avanço da população em direção a Zona Leste, deixava entre um loteamento e outro, grandes vazios e em 1940, Itaquera inicia sua função como 'bairro dormitório'. Um bairro desprovido de infraestrutura básica e emprego, onde os moradores se dirigiam diariamente ao centro da cidade para trabalhar e voltavam para casa apenas para dormir, pois Itaquera ainda apresentava ares de rural e não se dava importância ao núcleo urbano.

Como o trabalhador vai para casa apenas para dormir e encontra tudo o que necessita comprar nas proximidades do local de trabalho, não incentiva o comércio diversificado no local de moradia. Foi o que aconteceu em Itaquera e com muitos bairros da Zona Leste de São Paulo até meados dos anos 1980.

De acordo com a valorização do espaço urbano, as áreas menos valorizadas são destinadas à função de bairros dormitórios (bairros residenciais para operários com baixo poder aquisitivo), refletindo a segregação espacial dentro da cidade.

Não podemos nos esquecer que apesar de Itaquera neste momento histórico ser um "bairro dormitório" de residência de operário, ela continuava com ares rurais, ou seja, ela continuava com sua vocação agrícola, pois desde a chegada dos primeiros japoneses na década de 1920 e dos europeus iniciou-se nesta área a produção de hortigranjeiros.

Com o estabelecimento dos japoneses e o crescimento urbano em vários pontos da cidade, principalmente em volta das estações, vai reforçar em Itaquera sua vocação agrícola se inserindo no cinturão verde da Capital. A agricultura tem papel importante devido a crescente necessidade de abastecimentos da população, o que favoreceu Itaquera, devido à proximidade da estação ferroviária, pois naquela época as rodovias praticamente não existiam ou eram muito precárias e não havia locais adequados para armazenamento dos alimentos.

Para Lemos e França (1999), Itaquera reunia três condições indispensáveis para o cultivo de frutas, legumes e hortaliças: "vastas porções de espaço

desocupado, proximidade do mercado consumidor e transporte ferroviário.” (p. 60) Os solos não eram férteis, oriundos da decomposição do terciário da bacia de São Paulo, e os cursos d'água Itaquera, Itaquera-Mirim, Jacu e Verde por apresentarem altos cursos não apresentavam nas suas várzeas grande fertilidade.

Com a instalação dos Conjuntos Habitacionais do BNH – Banco Nacional de Habitação na década de 1970, Itaquera inicia uma nova etapa de urbanização. O BNH passou a financiar as COHAB – Companhia de Habitação de São Paulo – e atual – Companhia Metropolitana de Habitação, por meio de um programa da PLANASA – Plano Nacional de Saneamento.

Segundo Lemos e França (1999) a prefeitura de São Paulo decidiu levar os planos da então “mal vista” COHAB, para a zona Leste, por ser uma região de terrenos baratos e de latifúndios improdutivos, com o objetivo de economizar e produzir habitações populares a preços acessíveis.

No início da década de 1980 ocorre a implantação do Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta conhecido como Itaquera I ou COHAB I, Conjunto Habitacional José Bonifácio conhecido como Itaquera II ou COHAB II e Itaquera III ou COHAB III.

As populações que compra as casas ou apartamentos são classificadas na época dentro de uma faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos, e apreciam essa oportunidade com muita euforia, pois adquirem a “tão sonhada” casa própria e se aliviam do aluguel.

Passado o primeiro momento de euforia pela casa própria, os novos proprietários começam a tomar consciência de uma série de problemas.

Por outro lado, a crise econômica que se inicia com a década de 80 cria uma situação de desemprego muito grande no país. Nos conjuntos, isso atingiu um pouco mais de 10 % da população ativa ali residente. (LEMOS E FRANÇA, 1999, p. 88)

Mesmo após a criação dos conjuntos habitacionais os problemas de infraestrutura de Itaquera não foram resolvidos. Os habitantes das COHABs tiveram uma infra-estrutura básica para a sua instalação, o que não ocorreu com o núcleo antigo de Itaquera, que continuaram lutando, mesmo sem a ajuda da vizinhança (COHABs) por infra-estrutura (água, luz, pavimentação, esgoto e transporte).

É o que relata a notícia no jornal, “Notícias de Itaquera” apud Lemos e França (1999, p. 90) de novembro de 1983, encontra-se uma manchete nos seguintes termos: *COHAB’s de Itaquera: As soluções existem?*

Quadro 1 – Problemas dos Conjuntos Habitacionais Itaquera I, II e III

<i>ITAQUERA I</i>	<i>CONJUNTO HABITACIONAL ITAQUERA II E III - Nome oficial: C. H. José Bonifácio</i>
Distância do centro de São Paulo – 21 km	Distância do centro de São Paulo – 28 km
Área construída – 648 mil m ²	Área construída – 918 mil m ²
Total de unidades 12.260	
Aptos: 11.610	Aptos: 17.240
Casas: 650	Casas: 1.782
População estimada – 61.300 habitantes	População estimada – 98.000 habitantes
Equipamentos comunitários – 27	Equipamentos comunitários – 11
Centros comunitários – 6	
Creches – 4	Creches – 4
EMEIS – 4	EMEIS – 4
Postos de Saúde – 2	Postos de Saúde – 2
Escolas – 5	Escolas – 6
Centro de Esportes, Saúde e Lazer – 1	Centro de Esportes, Saúde e Lazer – 1
Igreja – 1	Igreja – 1

Fonte: Jornal “Notícias de Itaquera” in Lemos e França (1999, p. 90).

O quadro nos mostra os problemas e fragilidades dos Conjuntos Habitacionais I, II e III de Itaquera e as deficiências de infra-estrutura urbana após a sua implantação. Percebe-se que no conjunto habitacional Itaquera I a área construída é menor, entretanto, a infra-estrutura é um pouco melhor devido à proporção de habitantes que vivem no local. Porém nos conjuntos habitacionais Itaquera II e III, observa-se que a área construída é superior ao Itaquera I, mas a quantidade de equipamentos de infra-estrutura é brutalmente inferior, pois a população estimada em Itaquera I e II é de aproximadamente 98.000 habitantes contra 61.300 habitantes do Itaquera I e todos contam com praticamente a mesma quantidade de creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer.

Segundo Lemos e França (1999) foram muitos os impactos causados pela instalação das COHABs em Itaquera: destruição da área verde, erosão ativada pelas escavações para as edificações dos conjuntos, aumento na produção de lixo, conflitos entre os moradores antigos e recentes, mas o impacto mais significativo foi o contingente populacional em uma área com muitas características rurais. “Fala-se em um pouco mais de 130.000, mas esquece-se dos ‘penetras’, dos parentes e amigos que demandam um abrigo, enquanto ‘cavam’ um emprego, recém chegados, do Nordeste, de Minas, do interior.”

Após a instalação das COHABs, não havia um projeto entre o centro da cidade e os conjuntos habitacionais, o que foi previsto não foi instalado. Contudo, os habitantes reclamavam da falta de comércios, dos ônibus e trem lotados, lixo acumulado, assaltos, estupros e da falta de perspectiva.

Já os problemas do bairro eram ainda mais significativos, além dos problemas apresentados nos conjuntos habitacionais, as populações do núcleo antigo perderam a tranquilidade e áreas verdes.

Na época, houve um consenso sobre a enorme carência de áreas de lazer, o Parque do Carmo caracterizado como tranquilo, bem cuidado e arborizado era pouco visitado pelos habitantes locais. Os frequentadores do parque eram alunos de escolas que recebiam durante a semana lições de botânica e aos finais de semana o parque era procurado por pessoas de várias regiões da cidade.

Assim, considerando-se o crescimento da Zona Leste e a falta de infraestrutura, o bairro Itaquera conviveu com zonas rurais, favelas³, miséria e criminalidade.

Vários jornais da década de 80 lançaram uma série de reportagens que contavam um pouco da história da região.

Na reportagem "A cidade expande suas misérias: criminalidade, subhabitação e falta de infra-estrutura acompanham o crescimento", encontrado em Lemos e França (1999), o Jornal Folha de São Paulo apresenta os seguintes aspectos:

"Itaquera: dos pêssegos aos assaltos", conta a história do bairro a partir da pequena estação de trem inaugurada em 1875, em uma área pouco ocupada até o momento com apenas duas ruas e meia dúzia de casas. Mostra como paisagem de Itaquera foi se modificando com a chegada da "Companhia Comercial Agrícola Pastoril", que deu início a colonização do bairro, até a chegada dos japoneses e suas plantações de pêssego. Outros trechos demonstram a especulação imobiliária presente em São Paulo após a década de 1950.

O bucólico mundo de Itaquera resistiria até o final da Segunda Guerra, quando a febre desenvolvimentista de São Paulo aos poucos foi empurrando a mão de obra barata vinda do Nordeste para as beiradas da cidade, ao longo dos trilhos de subúrbio da Central do Brasil. Em torno dos 22 quilômetros quadrados da colônia japonesa, onde 150 famílias ainda se dedicam à fruticultura e à avicultura, começaram a tomar forma as vilas operárias, os bairros-dormitório da extrema periferia da cidade. (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/06/1981)

"A corrida", é o título da reportagem que aborda os anos 60, quando a cidade não tinha mais para onde crescer e as pessoas se dirigem a Zona Leste, principalmente com a abertura da Radial Leste, ligando o centro ao extremo leste da

³ Favela: Assentamento urbano precário.

capital. Em poucos anos a zona rural de Itaquera, Guaianazes, São Miguel Paulista, Itaim são incorporadas à área urbana do município.

O trecho mais interessante relata o anúncio do ex-prefeito Olavo Setúbal:

Até 1985, o metrô chegará a Itaquera: o atual governo começou a rasgar a Via Leste; o Corinthians vai construir ali o seu estádio; a COHAB, que já plantou casas e apartamentos para abrigar 150 mil pessoas, tem terras e planos para 600 mil e, se ainda havia alguma dúvida de que Itaquera-Guaianazes constituirão o maior bairro de São Paulo, antes do final dos anos 80, basta dizer que as grandes construtoras desembarcaram nestas novas fronteiras da cidade. (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/06/1981)

Sobre o depoimento do ex-prefeito sabe-se em 01/10/1988, ocorreu a inauguração da estação Corinthians-Itaquera, da Companhia Metropolitana de São Paulo; o estádio tão prometido até hoje não foi construído; as COHABs foram instaladas sem infraestrutura adequada; o crescimento tão esperado à região não aconteceu como previsto. Dentro deste contexto, as áreas começaram a ter um caráter de bairros direcionados a habitação popular e acentuou-se a ampliação das favelas.

Na reportagem, as favelas e samambaias são tratadas como “Atrações”, a antiga colônia japonesa atraía para a região pessoas interessadas em comprar frutas, samambaias e carpas, mas na década de 80 a colônia perde espaço para as favelas.

A população de Itaquera passou por muitos problemas, e desde então sofrem as conseqüências do processo de urbanização sem planejamento. Verifica-se na atualidade que os moradores não conseguiram adquirir o direito à cidade ou a vida urbana.

O serviço ferroviário local, apesar de atender à população sempre foi precário, com viagens feitas em composições inseguras e mal conservadas graças aos atos de vandalismo e ao descaso do governo com o setor. Mesmo com a inauguração do Metrô e da Estação Corinthians-Itaquera em 2000 ainda há muito que fazer para a

melhoria da qualidade do transporte coletivo local e da integração das linhas de ônibus e trens da Ferrovia e do Metropolitano.

É construída em 1996 a Avenida Jacu-Pêssego, que corta o bairro no sentido Norte e Sul e faz parte do anel viário de São Paulo além de interligar o Aeroporto Internacional de Guarulhos ao Porto de Santos.

Nos últimos anos o bairro de Itaquera recebeu um pouco da tão sonhada infra-estrutura: vias asfaltadas, água encanada, esgoto, iluminação, mas para atender ao intenso investimento de empresas imobiliárias, o interesse do comércio e de bancos. A economia que aí passou a se desenvolver, como no restante do Município de São Paulo e do país é uma economia voltada para consumo imediato, o comércio e a especulação imobiliária, resultado do Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste⁴, originado a partir do Decreto nº 43.293, de 2 junho de 2003.

Em fevereiro de 2002 foi inaugurada a primeira faculdade pública da Zona Leste de São Paulo, a Faculdade de Tecnologia – conhecida como FATEC Zona Leste, a Escola Técnica – ETEC Zona Leste e o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Por volta de 2003/2004, a antiga linha férrea deu lugar à extensão da Avenida Radial Leste. Portanto, nestes últimos dez anos, o centro de Itaquera passou por profunda mudança identificada a uma simples observação da paisagem local: vias que se cruzam no sentido Norte – Sul e Leste - Oeste e uma descaracterização do bairro. Antes isolado, agora transformado em um “bairro de passagem” economicamente integrado ao restante do Município de São Paulo.

O Shopping Metrô Itaquera, foi inaugurado em outubro de 2007, com parceria pública e privada, de acordo com as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste. Ao lado do Shopping estão localizados o Poupatempo Itaquera, as estações de trem e metrô e o terminal de ônibus.

⁴ Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/urbanismo/zona_leste/index.php?p=421; Acesso em 14/08/2010.

Essa aparente transformação da paisagem não esconde as diversidades sociais existentes no bairro de Itaquera como: a falta de moradia, o atendimento à saúde, à educação e ao transporte.

A paisagem de Itaquera e região se transformaram rapidamente deixando para trás a nostalgia dos sítios de plantações de pêssego, de cerejeiras e de hortifrutigranjeiros.

2. PARQUES URBANOS

Os parques urbanos surgem como uma alternativa de busca do equilíbrio entre o processo de urbanização e o meio ambiente. Existem várias conceituações sobre parques e parques urbanos e devem ser levadas em consideração nesse trabalho.

Scalise, (2002) em Parques Urbanos – Evolução, Projetos, Funções e Usos, cita alguns exemplos para mostrar a confusão conceitual que aproxima o termo parque de outros espaços livres como praças e jardins.

Segundo Kliass (1993) apud Scalise (2002), “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação”.

Para Garabini (2004) apud Friedrich (2007), os parques são equipamentos urbanos difundidos a partir de experiências inglesas, francesas e americanas, no final do século XVIII e início do século XIX.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos o Park Movement liderado por Frederick Law Olmstead e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston. No século XIX surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os parkways, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais.

O parque, nesse período, preocupa-se com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, a necessidade de expansão urbana, o novo ritmo de trabalho, além da necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana, bastante adensadas, com funções de "pulmões verdes", saneadoras, representando oásis de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação. Os modelos paisagísticos dos parques ingleses do século XVIII transformaram-se em fontes de inspiração para o parque urbano deste período.

A pesquisa sobre o desenvolvimento dos parques urbanos europeus e americanos esclarece como as várias concepções de parque foram se modificando de acordo com a época, influenciados tanto por características sócio- econômicas quanto culturais das populações e em parte pela localização nos vários territórios. Percebe-se que os projetos dos países desenvolvidos acabam por influenciar as idéias dos paisagistas nos países em desenvolvimento e que não existe um projeto ideal de parque que possa atender a todos os usuários e mantenedores nos diferentes países ou em diferentes cidades. Pesquisas recentes em parques de cidades européias e americanas tratam de aspectos do comportamento e percepção. aspectos sócio- culturais e do planejamento de espaços além de focar a participação dos usuários no planejamento e na gestão dos parques. Pode-se afirmar que como os projetos paisagísticos de parque variam, igualmente, as funções e os usos serão variados, pelo fato de que os projetos são pensados como resposta a funções específicas e que devem refletir o modo de vida da população. (SCALISE, 2002, p.1)

Para Friedrich (2007), no final do século XVIII, os parques Ingleses, correspondem à estruturação do modelo de parque urbano, concretizando no século seguinte, a transferência da paisagem natural do campo para o cenário urbano, sendo utilizado coletivamente de modo a aliviar as tensões urbanas. Neste modelo os parques ingleses incorporam áreas abertas particulares para utilização pública.

Esse movimento busca a aproximação do homem com a natureza e o parque passa a ter função de amenizar, ou seja, para esse movimento o parque tinha a função de ser pulmão da cidade e transformar o dióxido de carbono produzido pela urbanização em oxigênio.

Paralelamente ao surgimento dos parques ingleses, iniciam-se na França e nos Estados Unidos outros movimentos que incorporam a criação de parques urbanos.

(...) os parques urbanos europeus e americanos esclarece como as várias concepções de parque foram se modificando de acordo com a época, influenciados tanto por características sócio-econômicas quanto culturais das populações e em parte pela localização nos

vários territórios. Percebe-se que os projetos dos países desenvolvidos acabam por influenciar as idéias dos paisagistas nos países em desenvolvimento e que não existe um projeto ideal de parque que possa atender a todos os usuários e mantenedores nos diferentes países ou em diferentes cidades. Pesquisas recentes em parques de cidades européias e americanas tratam de aspectos do comportamento e percepção. Aspectos sócio-culturais e do planejamento de espaços além de focar a participação dos usuários no planejamento e na gestão dos parques. Pode-se afirmar que como os projetos paisagísticos de parque variam, igualmente, as funções e os usos serão variados, pelo fato de que os projetos são pensados como resposta a funções específicas e que devem refletir o modo de vida da população. (SCALISE, 2002, p.2)

Segundo Carlos (2000) entre o final do século XVIII e final do século XIX, época áurea do período industrial e de intensa migração da população rural para as cidades que vai servir de mão-de-obra para a indústria, a sociedade deixa de ser fundamentalmente rural para se transformar em urbana. Como consequência desse fenômeno às cidades passam a crescer sem nenhum planejamento, o que resultou problemas urbano-ambientais gravíssimos como a falta de infra-estrutura e saneamento.

Conforme Friedrich (2007) os problemas causados pela falta de saneamento se tornaram preocupações urgentes da administração pública da época, que necessitava de medidas higienistas que pudessem garantir a qualidade de vida para as famílias burguesas habitarem as cidades. Segundo Silveira (2000) apud Friedrich (2007) o modelo higienista promoveu no século XIX, uma brusca mudança na sociedade na aceitação dos corpos d'água na área urbana. A intenção era afastar a rede hídrica por meio de sistemas de drenagem pluvial e redes subterrâneas.

Sobre os parques urbanos do século XX, Scalise (2002) faz referências ao movimento conservacionista "Park Movement". O movimento defendia a utilização econômica dos espaços livres, criando oportunidades de lazer, recreação, preservação dos recursos naturais, além de controle de enchentes, criando espaços agradáveis para passear e morar.

Com o emergir dos diversos movimentos na Europa e Estados Unidos às reivindicações se fazem sentir quando a qualidade do ambiente urbano e o parque surgem com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o perfil entorno e identidade.

Segundo Friedrich (2007) as concepções de parques urbanos europeus e americanos foram se modificando e influenciaram diretamente os projetos de parques dos países em desenvolvimento.

A partir de 1980, os problemas ambientais ficam em evidencia em muitos movimentos ecológicos reivindicam a qualidade do ambiente urbano, buscando melhorar as condições de áreas degradadas reforçando a importância de áreas verdes nas cidades, com o objetivo de reforçar a importância da qualidade física e ambiental.

2.1 A função do verde e a importância da vegetação nas cidades

(...) a cidade cresce se expande, e, neste processo, a vegetação original é retirada em função da implantação de uma estrutura urbana: residências, vias de circulação, indústrias, comércio, serviços etc. Neste contexto, a vegetação tende a tornar-se elemento secundário nas cidades, ficando restrita aos canteiros das avenidas e ruas, jardins de residências, praças e aos poucos Parques Urbanos. (SCIFONI, 1994, p.8)

É possível constatar a carência de vegetação nas áreas urbanas das grandes cidades, entretanto, nos últimos anos as preocupações com a dinâmica ambiental urbana trouxeram reflexões sobre a atual situação das áreas verdes.

As alterações ambientais provocadas pela urbanização desde a Revolução Industrial na Inglaterra, trouxe uma ruptura do funcionamento do ambiente natural em escala mundial, o que provocou degradações ambientais e mudanças significativas na paisagem.

A discussão sobre a importância da vegetação urbana levanta alguns fatores elementares. Para Rodrigues; Llardent (1982) apud Scifoni (1994, p. 40) a composição atmosférica, elemento solo-clima, poluição sonora e os aspectos da saúde humana são os principais elementos relacionados à função da vegetação nas cidades. De acordo com os autores a vegetação é importante para purificação do ar e age na fixação de poeiras e materiais residuais e pela reciclagem dos gases por meio da fotossíntese; regula a umidade e temperatura do ar; facilita a permeabilidade do solo; protege contra a erosão e reduz a poluição sonora, amortecendo os ruídos das cidades.

Em relação à saúde humana, a vegetação pode propiciar diminuição de enfermidades e mortalidade, pois o equilíbrio microclimático e conforto térmico auxiliam na redução dos riscos de enchentes e possíveis doenças. Além de oferecer melhorias no estado de ânimo do homem por proporcionar sensações diferenciadas da vida cotidiana.

Para Scifoni (1994)

(...) a dinâmica da natureza esta cada vez mais relacionada às condições impostas pela atividade humana. Nas cidades, por exemplo, estímulos citados acima como luz, temperatura e umidade, impostos à comunidade vegetal, estão muito ligados às condições proporcionadas pelo uso do solo urbano. (SCIFONI, 1994, p. 49)

As pesquisas realizadas por Cavalheiro (1991) indicam elementos como clima, relevo, solos, águas e ciclo hidrológico, vegetação e a flora urbana, fundamentais para o ecossistema urbano.

O clima de uma cidade se diferencia pelas condições microclimáticas em função da cobertura do solo e do balanço térmico, e está relacionado ao fenômeno conhecido como ilha de calor, ocasionado pela transferência de energia nas construções urbanas. As alterações induzidas pelo homem ao meio ambiente prejudicam o microclima urbano, e trazem as cidades diversas conseqüências, como o aumento das chuvas, inundações e a formação de corredores de vento.

O relevo e o solo urbano também influenciam na dinâmica do ecossistema urbano. Isso porque, com a urbanização e conseqüentemente a impermeabilização do solo por asfalto e concreto a camada orgânica do solo perde seus nutrientes, ocasionando a infertilidade e dificuldades para a plantação.

Como conseqüência da impermeabilização do solo percebe-se a alteração ciclo hidrológico dentro das cidades. Cavalheiro (1991) considera dentro de um enfoque ecológico, que o ideal para o funcionamento do ciclo é que as águas fluam lentamente e possa produzir biomassa, entretanto, nas cidades ocorre o contrário, o que ocasiona intensa erosão de material sólido e assoreamento dos corpos d água, favorecendo as inundações. É importante ressaltar outras causas da alteração e funcionamento da qualidade das águas nas áreas urbanas, como a poluição por resíduos industriais e esgotos domésticos e a canalização e/ ou retificação dos rios.

Para Cavalheiro (1991),

Sabe-se de sobejo a importância da vegetação para os ecossistemas, pois, além de serem influenciadas pelos demais fatores ambientais, têm, por sua vez, uma influência muito grande sobre eles, como já foi comentado no caso do clima. Nas cidades, além dessas influências, podem servir como indicadores biológicos da qualidade ambiental. Um exemplo a ser citado é o caso dos líquenes, que quanto maior for sua cobertura e diversidade, além de indicarem que se está em presença de clima úmido, indicam ambiente não poluído. (CAVALHEIRO, 2009, p.72)⁵

Não há duvida de que a manutenção da vegetação é fundamental para o ecossistema urbano e que o planejamento deveria ser a forma mais adequada de se evitar prejuízo à qualidade ambiental.

Vejamos uma lista de benefícios que a vegetação urbana pode trazer:

⁵ Artigo originalmente publicado no livro "Análise ambiental: uma visão multidisciplinar" (Sâmia TAUKE et al. (orgs). Rio Claro/SP: UNESP/FAPESP, 1991, p. 88-99.

Quadro 2 – Lista de benefícios sobre a vegetação urbana (Importância ecológica e socioambiental)

<i>Importância ecológica</i>	<i>Importância Socioambiental</i>
Função estabilizadora do relevo	Função estabilizadora do relevo, controle de risco ambiental, controle de enchentes, ação restauradora em áreas degradadas
Proteção da qualidade e da capacidade de reservação de água	Qualidade e quantidade de água disponível
Filtragem do ar e efeitos indiretos na redução de poluentes, tais como resgate do CO ₂	Efeitos sobre a saúde
Influência da evapotranspiração e portanto balanço hídrico	Conforto ambiental e efeitos sobre a saúde
Efeitos no microclima, principalmente na Umidade relativa do ar	Conforto ambiental, efeitos sobre a saúde, segurança nas calçadas e no sistema viário
Diminuição de material particulado no ar	Qualidade do ar, efeito estufa e conforto
Fonte de alimento	Qualidade do ambiente
Proteção das nascentes e áreas de mananciais	Qualidade e quantidade de água disponível
Corredor de fauna e suporte para a vida silvestre	Qualidade do ambiente, efeito estético na paisagem pela valorização da composição de estruturas e cores
Obstáculos contra ventos e efeitos sobre a temperatura	Sinalização de espaços, redução de ruídos, barreira de segurança. efeito ornamental
Proteção da biodiversidade	Qualidade do ambiente, sustentabilidade da paisagem, efeito ornamental

Fonte: Organizado por FURLAN (2004)

2.1.2 Áreas verdes no Município de São Paulo

No artigo 34, do Plano Diretor em vigor, no município de São Paulo, o Sistema de Áreas Verdes é constituído pelo conjunto de áreas de propriedade pública ou particular, delimitadas pela prefeitura, com o objetivo de implantar ou preservar arborização ou ajardinamento.

São consideradas áreas verdes e incorporam o sistema de áreas verdes da cidade de São Paulo:

- a) todos os parques públicos, praças e jardins e, ainda, as áreas verdes ligadas ao sistema viário;
- b) todos os espaços livres e áreas verdes de arruamento e loteamentos existentes, bem como áreas verdes de projetos a serem aprovados.

No artigo 37 apresenta-se a classificação e divisão das áreas verdes:

I – De propriedade pública:

- a) área para recreação (AV-1);
- b) parques de vizinhança (AV-2);
- c) praças (AV-3);
- d) campos esportivos ou centros desportivos municipais (AV-4);
- e) centros educacionais esportivos (AV-5);
- f) parques distritais (AV-6);
- g) reservas naturais (AV-7);

II – De propriedade particular:

- a) clubes esportivos sociais (AV-8);
- b) clubes de campo (AV-9);

c) áreas arborizadas (AV-10);

O novo Plano Diretor ampliou o Sistema de áreas verdes, adotando as diretrizes do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo Furlan (2004), a cidade de São Paulo se expandiu, transformando significativamente as características do seu sítio urbano. A expansão modificou as características geoecológicas em todos os tipos de terreno (várzea dos rios, encostas das colinas, divisores de água etc) e desconsiderou seus importantes atributos naturais. A cidade se estruturou a partir da utilização de tecnologias sofisticadas para verticalizar o adensamento urbano, para isso aterrou e drenou áreas úmidas, mudou cursos de rios, canalizou e retificou meandros, drenou e rebaixou aquíferos, além de remover toda vegetação nativa.

“Muitos dos problemas socioambientais que ocorreram na cidade da atualidade demonstram que a cidade cresceu acima de suas condições de absorver impactos decorrentes de sua estruturação urbana.” (FURLAN, 2004, p. 255)

Furlan (2004), destaca que o município de São Paulo possui poucos registros científicos sobre a cobertura vegetal e relata as descrições da vegetação paulistana feita por Usteri (1911).

Segundo este autor a cobertura vegetal original da cidade de São Paulo era recoberta basicamente por vegetação de campos úmidos de várzeas, campos sazonais de vegetação herbácea, campos sujos e florestas. Para o autor as várzeas dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí formavam um “mini-pantanal frio”

Até a segunda metade do século XIX o mosaico vegetacional foi alterado inicialmente pelos usos indígenas e posteriormente pelas atividades agrícolas esparsas “Nos três primeiros séculos e até 1870, o raio do círculo que continha a área construída não ultrapassava 1 km. Em 1954, alcançaria 15 km” (SANTOS, 1990:17). A partir do século XIX a expansão da agricultura e posteriormente o processo construtivo impulsiona a cidade para os seus 1.539 Km² atuais. (FURLAN, 2004, p. 261)

Furlan (2004), salienta em seus estudos sobre a expansão da cidade e o desmatamento, que é importante lembrar que em 1901, as obras de engenharia para construção das represas Billings e Guarapiranga alagaram terrenos ocupados por vegetação arbórea.

Alguns remanescentes florestais estão presentes ao Sul do município, onde hoje estão localizadas principalmente a APA – Área de Proteção Ambiental Capivari Monos, composta por manchas contínuas de Florestas Ombrófila Densa e Mata Nebular, além de campos naturais e formações de várzea.

Ao Norte, abrangem os remanescentes de Floresta Ombrófila Densa Montana nos Parques Estaduais do Jaraguá e da Cantareira e Parque Municipal Anhanguera. Na Zona Leste, no extremo do município, os remanescentes permaneceram na APA do Carmo e Iguatemi, pois eram áreas de antigas fazendas e chácaras do antigo cinturão verde de São Paulo. Na Zona Sul a cobertura vegetal mais significativa está na área do antigo Parque do Estado, hoje denominado Parque Estadual Fontes do Ipiranga.

Tabela 1 – Expansão da mancha urbana

	<i>Área urbanizada Km²</i>	<i>População aproximada</i>
1880	2	40.000
1900	...	239.820
1930	130	1.000.000
1954	420	3.000.000
1965	550	6.500.000
1980	899*	8.475.380
1983	962	8.794.544
1990	S/d	9.512.545
1996	826**	10.022.865

2000	S/d	10.398.576
2003	870*	10.305.049

Fontes: www.seade.gov.br/500anos; Seade, 1981, Souza, 1982, Emplasa, São Paulo, 1983, Scarlato, 1987 apud Santos, 1990. IBGE, 1996, 2000, (*) Plano Diretor do Município 1985 (**) Sempla – Prefeitura São Paulo, 2003.

Tabela 2 – Município de São Paulo e o verde urbano –1995

	Área (1) há	%
Município de São Paulo	150.900	100
Área Urbanizada	87.000	57,6
Áreas verdes e Parques	9.051,7	5,9

Fonte: Secretaria Municipal das Administrações Regionais/SAR Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente/SVMA Secretaria Municipal do Planejamento/Sempla.

Tabela 3 – Verde urbano no Município de São Paulo –1995

Tipos	Quantidade	Área há	%
Município de São Paulo	(1)	4.525,9	100
Parques	34	3.010,9	66,7
Praças	2.785	687,5	15,2
Canteiros	759	411,1	9,1
Áreas Ajardinadas	710	211,6	4,7
Áreas com Equipamentos	530	1.95,7	4,3

Fonte: Secretaria Municipal das Administrações Regionais/SAR Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente/SVMA Secretaria Municipal do Planejamento/Sempla. Somatória dos diferentes tipos de áreas verdes modificado por Furlan, 2003.

Os dados mostram que se tomarmos a área total do município e as áreas verdes e parques, temos apenas 5,9% de verde urbano. Sendo que o índice estimado por Nucci e Cavalheiro (1998) apud Furlan (2004) estimou que o índice de cobertura vegetal recomendado seria na faixa de 30% para proporcionar um adequado balanço térmico em áreas urbanas.

2.2 Parques Urbanos em São Paulo

De acordo com o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) em Parques Urbanos Municipais de São Paulo, existem diversos conceitos de parques e os conceitos estão intimamente ligados às suas funções em diferentes momentos e a sua função de criação.

O conceito de parque a partir de sua criação pode ser definido por parque como espaço de lazer como afirma Kliass (1993)

Segundo a autora, os parques em São Paulo tiveram pouca expressão por muitos anos, a criação dos parques estava relacionada aos modelos internacionais propostos na época como a criação de praças, jardins, até a criação de “bairros-jardins”, como por exemplo os bairros: Jardins e Alto da Lapa. O primeiro parque da cidade criado em 1825 foi o Jardim Público, atual Parque da Luz, até esse momento a cidade não apresentava uma expansão urbana significativa, e à medida que a cidade crescia e se transformava em capital econômica do país outros parques foram surgindo.

Com a chegada da estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867), marca o processo de urbanização e transformação da cidade. A aparência colonial dá lugar aos melhoramentos urbanísticos, a instalação de bancos, residências dos barões do café, novos edifícios e obras de embelezamento.

Na gestão do prefeito Antonio Prado (1899-1910) ocorreram várias melhorias urbanas, entre elas a arborização de ruas e avenidas e em 1906 a canalização do córrego Anhangabaú. O prefeito posterior Raimundo Duprat, continua com os planos de embelezar a cidade e solicita ao paisagista e engenheiro francês Joseph-

Antoine Bouvard (1911) um novo plano, onde foi apresentado a criação de três parques: o Anhangabaú, o da Várzea do Carmo e a Praça Buenos Aires.

Em 1922, foi elaborado o Plano de Melhoramento do rio Tietê por J. A. da Fonseca Rodrigues, que segundo Kliass (1993) o plano tentava atender os problemas de inundações e de valorização das terras inundáveis pois, verificava-se a possibilidade de utilizar a várzea para outras finalidades. Para substituir esse projeto o engenheiro J. F. de Ulhoa Cintra, alegou a defesa contra inundações de Saturnino de Brito: “o problema do Tietê não é apenas questão hidráulica e de valorização das terras, mas também deve ser motivo para aformoseamento da cidade”. Esse estudo propôs manter o máximo possível às sinuosidades do leito do rio, permitindo a manutenção do curso d água natural ao longo da cidade. Um outro problema encontrado que deveria ser levado em consideração para evitar as inundações, ponderava a questão da descarga de esgotos.

A partir de 1930 a cidade se torna alvo de grandes mudanças econômicas e sociais. Nesse período ocorre à consolidação da ocupação e expansão urbana, a população aumenta significativamente e a cidade se torna objeto de diversos planos, como por exemplo, o Plano de Avenidas. Para Kliass (1993), esse plano definia uma estrutura viária para a cidade com projetos urbanísticos para as principais avenidas e previa um “apêndice” na questão dos parques urbanos no que se refere às relações de estética e de tráfego com o plano arterial e o projeto de retificação do Tietê e Pinheiros, com um sistema de parques, jardins e espaços recreativos.

Na década de 1950, a cidade apresenta nova configuração espacial, a industrialização de São Paulo se acelera e com a migração a cidade cresce sem um modelo de planejamento adequado a atividade industrial. Aos poucos as áreas verdes do município perdem seu potencial de aproveitamento para criação de parques, é o caso das represas que se tornaram poluídas pela falta de sistema de esgoto nos rios Tietê e Pinheiros. O Programa de Melhoramentos Públicos elaborado para intervenções no espaço urbano para a cidade de São Paulo, conhecido como relatório Moses, demonstrava ausência de um zoneamento na cidade e recomendações sobre praças e parques.

A cidade de São Paulo é servida por um sistema de parques, jardins de recreio e instalações recreativas deveras

inadequado, especialmente nos bairros, e as possibilidades de expandi-lo vão desaparecendo rapidamente, em consequência da alta vertiginosa dos preços dos terrenos e da construção descontrolada dos edifícios, que absorvem todos os espaços livres. Mesmo os lotes presentemente vazios de propriedade particular, onde se joga futebol, breve serão ocupados por construções de todo tipo, que, em futuro próximo, a municipalidade, terá, ao fim, que pôr abaixo, por preço exorbitante. (PROGRAMA MELHORAMENTOS PÚBLICOS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO, 1950, P. 16)

O Relatório Moses apresentava a precariedade da destinação de áreas verdes e a destruição de 10% das glebas, que no caso estavam mal localizadas e geralmente em ilhas do sistema viário e parceladas em pequenas áreas.

Na gestão do prefeito Faria Lima, entre 1967 e 1969, desenvolveu-se sob contrato com a prefeitura o Plano de Áreas Verdes e recreação do Município de São Paulo. O plano foi elaborado por Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli, com objetivo de diagnosticar a necessidade da situação das áreas verdes para melhorar a área urbana. Devido à deficiência em dados disponíveis, uma equipe técnica desenvolveu trabalhos de campo, com a finalidade de obter referências urbanas, físicas, funcionais e sociais.

Para o desenvolvimento do projeto o município foi dividido em 25 zonas e para cada zona foram feitas propostas de áreas verdes de recreação nas categorias de Parque de Vizinhança, Parque de Bairro, Parque Setorial e Parque Metropolitano.

“O plano pretendia definir um sistema integrado de parques, onde os de maior escala pudessem conter as funções dos de menor escala no atendimento a população de seu entorno”. (KLIASS, 1993, p. 53)

Segundo Kliass (1993), a maioria dos parques urbanos da cidade de São Paulo foram implantados pelo poder municipal e estadual. Mas podemos destacar alguns parques onde a iniciativa privada teve participação significativa, é o caso do Parque Villon, hoje Parque Tenente Siqueira Campos, inaugurado em 1892 conservado como parque privado durante dezenove anos até ser adquirido pela

prefeitura, outro exemplo, é o caso do Parque da Aclimação fundado em 1902, de propriedade particular até tornar-se propriedade do município.

Em outras áreas da cidade alguns vazios urbanos sem ocupação foram designados parques urbanos, outros se tornaram parques devido suas características de qualidades paisagísticas, naturais ou culturais.

Três ordens de fatores podem ser consideradas para a apropriação das questões referentes ao inter-relacionamento entre os processos de ocupação urbana e a evolução dos parques na cidade de São Paulo. Em primeiro lugar, os elementos intrínsecos ao próprio parque e aos referentes ao seu entorno urbano, tanto nos processos geofísicos e de estrutura urbana quanto naqueles que dizem respeito à população. É nesse âmbito que se estabelece a relação do parque com a cidade. A segunda ordem de fatores corresponde às ações volitivas, políticas, administrativas exercidas pelos poderes que regem a cidade, sejam eles públicos ou privados. É o campo do planejamento, das estruturas administrativas e da participação da sociedade em todas as suas formas. Finalmente, o parque como elemento urbano auto-referente, com seus valores estéticos e culturais, incorporando ao patrimônio da cidade. É nessa ordem de fatores que se insere o projeto do parque. (KILIAS, 1993, p. 29)

O potencial paisagístico se refere ao relevo, cobertura vegetal e áreas de represa.

O sítio urbano de São Paulo exerceu forte influência na sua estrutura urbana, os fundos de vale e as várzeas inundáveis se tornaram um potencial para criação dos parques. Inicialmente essas áreas não foram ocupadas, no entanto, durante o processo de urbanização da cidade essas áreas foram aos poucos sendo comprometidas. A primeira intervenção em áreas de várzeas e fundos de vale que comprometeu o potencial paisagístico foi com a instalação da estrada de ferro ao longo do rio Tamanduateí. Já as várzeas do Carmo e de Santo Amaro foram aproveitadas para usos de áreas verdes com a implantação dos parques Dom Pedro II e Ibirapuera.

As várzeas dos rios Tietê e Pinheiros permaneceram por muito tempo como vazios urbanos e segundo Kliass (1993) “sua utilização com parques lineares poderia ter sido garantida por meio de planos que contemplassem a ocupação urbana com uma visão integrada dos múltiplos propósitos de engenharia viária e de saneamento.” Essas áreas poderiam ter sido valorizadas enriquecendo a paisagem urbana e diminuindo as inundações.

A vegetação ou a cobertura vegetal é outro recurso paisagístico que ao longo dos anos foi sendo eliminado pela ocupação da cidade, entretanto, foi determinante para a instalação de alguns parques em São Paulo. Exemplos: Parque Tenente Siqueira Campos, em plena Avenida Paulista e os parques Estaduais do Jaraguá, Parque do Estado Fontes do Ipiranga e o Parque Estadual Horto Florestal na Serra da Cantareira.

Áreas das represas, desde sua implantação foram destinadas a áreas de lazer e recreação, mas ao longo dos anos foram sendo ocupadas por chácaras ou loteamentos destinadas as populações de baixa renda. Essas áreas são excelentes potenciais paisagísticos para a implantação de parques urbanos.

A falta de planejamento de diversos setores da política urbana não garantiram a cidade de São Paulo o aproveitamento do potencial paisagístico do seu sítio urbano para implantação e futuras demandas de parques urbanos.

Em 2008, foi lançado pela prefeitura de São Paulo o Programa “100 Parques para São Paulo”, onde se destinaram áreas para serem transformadas em parques em diversas regiões da cidade. O programa também está concretizando uma diretriz do Plano Diretor Estratégico da Cidade, com a implantação dos Parques Lineares.

O Instituto Socioambiental (ISA) com a parceria da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo apresentaram subsídios à gestão de parques urbanos do município que aconteceu entre dezembro de 2007 a julho de 2008, dentro do Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: construindo políticas públicas integradas na cidade de São Paulo (PAVS) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) Neste material apresentam-se novas áreas verdes para São Paulo, levando a cidade ao patamar de 102 parques urbanos.

Na atualidade, a criação de parques urbanos em São Paulo pode acontecer de diversas maneiras: a partir de pressupostos do Plano Diretor Estratégico; a partir de grandes áreas preservadas; implementando Unidades de Conservação; por meio da transformação de praças em parques; parques de gestão compartilhada, combinando iniciativa privada e pública e por medidas de compensação ambiental.

Os quadros a seguir referem-se aos parques urbanos do município de São Paulo criados até o ano de 2008. São no total 51 parques municipais implantados contando com 17.507.766 m² em áreas de parques municipais, equivalentes a 1,13% da área total do município. Com o processo de implantação dos 51 parques do Programa 100 Parques para São Paulo, a cidade passará a ter 3% do seu território em parques municipais.

Quadro 3 – Parques Municipais de São Paulo por ordem de data de criação (Século XIX)

	<i>Parque</i>	<i>Implantação</i>	<i>Área (m²)</i>
1	Luz	1825	113.400
2	Tenente Siqueira Campos (Trianon)	1892	48.000

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

O Parque da Luz foi o primeiro parque implantado no município de São Paulo, de acordo com a prefeitura de São Paulo ele foi criado como Horto Botânico por uma ordem Régia da Coroa Portuguesa em 1798 e se tornou em 1825 um Jardim Botânico e o primeiro espaço de lazer para a população.

Em 1892 surge o segundo parque do município o Parque Tenente Siqueira Campos, mais conhecido como Parque Trianon ou Parque do Trianon, foi projetado pelo paisagista Paul Villon um ano após a inauguração da Avenida Paulista e apesar da vegetação remanescente de Mata Atlântica acabou ganhando ares de um Jardim Inglês. Mesmo com profundas transformações no seu entorno, o parque foi preservado e atualmente se tornou um refúgio de lazer e descanso no centro da

movimentada Avenida Paulista. É possível se sentir em um ambiente tranquilo, aconchegante e ouvir o som dos pássaros a qualquer hora.

Passa-se 21 anos até a inauguração do terceiro parque da capital paulista. Em 1913 inaugura-se o Praça Buenos Aires, em pleno bairro Higienópolis, local de moradia da burguesia cafeeira. Segundo Kliass (1993), o parque se tornou à recreação do bairro de palacetes e hoje devido a verticalização do seu entorno tem o papel importante como área de amenização.

O parque da Aclimação teve sua origem em 1902 como Jardim da Aclimação de propriedade particular e foi aberto ao público com cobrança de ingresso aos freqüentadores, pois oferecia opções de divertimento e lazer. Foi adquirido pela prefeitura em 1939, na administração do prefeito Francisco Prestes Maia.

Em relação ao histórico de implantação dos parques municipais, nota-se que os primeiros foram criados nos arredores da área central da cidade com objetivo de valorização imobiliária do entorno e não se pensava nas condições ambientais, apenas no embelezamento e remodelação da capital.

Quadro 4 – Parques Municipais de São Paulo por ordem de data de criação (Século XX)

	<i>Parque</i>	<i>Implantação</i>	<i>Área (m²)</i>
3	Buenos Aires	1913	25.000
4	Aclimação	1939	112.200
5	Ibirapuera	1954	1.584.000
6	Alfredo Volpi	1966	142.400
7	Cemucam	1968	904.691
8	Guarapiranga	1974	152.605
9	Carmo	1976	1.500.000 + 89 hectares da APA
10	Piqueri	1978	97.200
11	Nabuco	1979	31.300

Quadro 4 – Parques Municipais de São Paulo por ordem de data de criação (Século XX)

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Implantação</i>	<i>Área (m²)</i>
12	São Domingos	1979	80.000
13	Previdência	1979	91.500
14	Anhanguera	1979	9.500.000
15	Vila dos Remédios	1979	109.800
16	Rodrigo de Gásperi	1980	39.000
17	Raposo Tavares	1981	195.000
18	Lions Club Tucuruvi	1987	23.700
19	Vila Guilherme	1988	62.000
20	Chico Mendes	1989	61.600
21	Raul Seixas	1989	33.000
22	Severo Gomes	1989	34.900
23	Independência	1989	161.300
24	Jardim Felicidade	1990	28.800
25	Luís Carlos Prestes	1990	27.100
26	Santo Dias	1991	134.000
27	Cidade de Toronto	1992	109.100
28	Santa Amélia	1992	34.000
29	Eucaliptos	1995	15.448
30	Burle Marx	1995	138.279
31	Lina e Paulo Raia	1997	15.000

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

A partir da década de 50, São Paulo comemora o seu quarto centenário e para aproveitar vazios urbanos sem ocupação cria o Parque Ibirapuera, pois no mesmo período se estrutura para atender a demanda do setor industrial, o que levou a cidade a receber um fluxo contínuo de migrantes durante muitas décadas. Os trabalhadores que chegaram à cidade foram direcionados as áreas distantes do centro urbano, favorecendo a criação de habitações precárias em áreas públicas como por exemplo nas beiras dos rios e córregos do município.

Nas décadas seguintes a precariedade da área urbana acelera o processo de periferização e verticalização acompanhada do conflito de interesses sobre o uso do solo urbano, o que desfavoreceu a implantação de parques em todo município de São Paulo.

O processo foi tão violento, que, quando se elaborava um plano de áreas verdes para o Plano Diretor do Município, pela Sempla em 1984, se tornara muito difícil indicar áreas para parques, principalmente espaços que se localizassem adequadamente para atender à urbanização. O potencial de parques urbanos para a cidade estava praticamente esgotado. (KLIASS, 1993, p. 50)

Quadro 5 – Parques Municipais de São Paulo por ordem de data de criação (Século XXI)

	<i>Parque</i>	<i>Implantação</i>	<i>Área (m²)</i>
32	Chácara das Flores	2002	41.738
33	Ermelino Matarazzo	2005	5.000
34	Ecológico Prof. Lydia N. Diogo	2005	60.000
35	Colinas de São Francisco	2005	49.053
36	Cordeiro	2007	34.000
37	Linear Ipiranguinha	2007	10.000
38	Linear de Paralheiros	2007	16.000
39	Linear Tiquatira	2007	320.000
40	Parque do Trote	2007	121.984

Quadro 5 – Parques Municipais de São Paulo por ordem de data de criação (Século XXI)

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Implantação</i>	<i>Área (m²)</i>
41	Victor Civitta	2008	14.000
42	São José	2008	95.000
43	Natural Quississana	2008	26.921
44	Linear Itaim	2008	21.000
45	Linear do Rapadura	2008	70.000
46	Shangrilá	2008	75643
47	Parque do Povo	2008	134.000
48	Linear do Fogo	2008	125.000
49	Linear do Aricanduva	2008	125.000
50	Jacinto Alberto	2008	40.910
51	Vila do Rodeio	2008	613.200

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

Após a criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), os municípios passaram a se preocupar com os instrumentos de aplicação das diretrizes associadas ao desenvolvimento da cidade e preservação da vegetação. Como o que ocorreu em São Paulo ao criar leis municipais no Plano Diretor Estratégico (PDE) associando o sistema de desenvolvimento da cidade ao sistema de áreas verdes.

De acordo com a Lei Municipal nº13.440/02 (Artigo 58), são objetivos da política de Áreas Verdes: “ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante no Município; assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município.”

Autores como Scifoni, Nucci e Cavaheiro, verificam-se definições diferenciadas no que diz respeito ao termo “Áreas verdes” e no que se refere à questão da disponibilidade, a partir do índice quantidade/habitante.

Para Scifoni (1994, p. 34), o termo “áreas verdes” apresenta imprecisões, pois dentre as diversas definições, inclui-se os parques, praças, canteiros, cemitérios e faixas ao longo dos córregos. A autora argumenta sobre os critérios utilizados para o índice quantidade/habitante e esclarece que o cálculo indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 12m² de áreas verdes/habitantes.

A inclusão de canteiros, cemitérios e faixas ao longo dos córregos como “áreas verdes”, comprovam a existência de diversas metodologias e conceitos sobre a avaliação da questão ambiental, pois se associa espaço livre a áreas verdes.

Para atender o Programa “100 Parques para São Paulo” e as necessidades crescentes de áreas verdes os quadros a seguir representam os parques implantados e implantação por região do município de São Paulo.

Quadro 6 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Centro

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	Ten. Siqueira Campos	48.000	Centro	Pinheiros	Implantado
02	Buenos Aires	25.000	Centro	Sé	Implantado
03	Luz	113.400	Centro	Sé	Implantado
04	Aclimação	112.200	Centro	Sé	Implantado

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

Na região central do município de São Paulo existem apenas quatro parques e nenhum deles em situação de implantação. Recentemente foi criado um novo parque na Avenida Paulista, chamado Parque Municipal Prefeito Mario Covas, com área de 5.396 m², entretanto, ele não aparece no quadro ou na relação do Programa 100 Parques para São Paulo, por ser um anexo do Parque Tenente Siqueira Campos conforme próprio decreto de criação.

Verifica-se que na área central o potencial de construção de parques é praticamente inexistente.

Quadro 7 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Leste

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	Piqueri	97.200	Leste	Mooca	Implantado
02	Linear Tiquatira	320.000	Leste	Penha	Implantado
03	Ermelino Matarazzo	5.000	Leste	Ermelino Matarazzo	Implantado
04	Linear Ipiranguinha	10.000	Leste	Vila Prudente/Sapopemba	Implantado
05	Linear do Rapadura	70.000	Leste	Aricanduva	Implantado
06	Vila do Rodeio	613.200	Leste	Cidade Tiradentes	Implantado
07	Linear do Aricanduva	125.00	Leste	Cidade Tiradentes	Implantado
08	Natural Quississana	26.921	Leste	Guaianazes	Implantado
09	Santa Amélia	34.000	Leste	São Miguel Paulista	Implantado
10	Carmo	1.500.000	Leste	Itaquera	Implantado
11	Raul Seixas	33.000	Leste	Itaquera	Implantado
12	Chico Mendes	61.600	Leste	São Miguel Paulista	Implantado
13	Chácara das Flores	41.738	Leste	Itaim Paulista	Implantado
14	Prof. Lydia N. Diogo	60.000	Leste	Vila Prudente	Implantado
15	Linear Itaim	21.000	Leste	Itaim Paulista	Implantado
16	Linear Água Vermelha	124.207	Leste	Itaim Paulista	1ª fase
17	Benemérito Brás	20.000	Leste	Mooca	Implantação
18	Linear Guaratiba	29.000	Leste	Guaianazes	Implantação
19	Linear Cipoaba	70.000	Leste	São Mateus	Implantação
20	Parque da Ciência	179.591	Leste	Cidade Tiradentes	Implantação
21	Linear Oratório	35.000	Leste	Vila Prudente	1ª fase
22	Parque das Águas	76.300	Leste	Itaim Paulista	Implantação
23	Vila Jacuí	156.500	Leste	São Miguel Paulista	Implantado
24	Jardim Primavera	121.800	Leste	Ermelino Matarazzo	Implantação

Quadro 7 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Leste

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
25	Cemitério V. Formosa	96.904	Leste	Aricanduva	Implantação
26	Consciência Negra	130.135	Leste	Cidade Tiradentes	Implantado
27	Lageado	36.000	Leste	Guaianazes	Implantado
28	Linear Mongaguá	64.061	Leste	Ermelino Mararazzo	Implantação
29	Jd. Sapopemba	53.300	Leste	São Mateus	Implantação
30	Vila Silvia	50.669	Leste	Penha	1ª fase
31	Linear Rio Verde	38.180	Leste	Itaquera	Implantação
32	Linear Taboão	70.000	Leste	Aricanduva	Implantação
33	Linear N. S.Aricanduva	350.000	Leste	Cidade Tiradentes	Implantação

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

A Zona Leste sempre apresentou uma região de bairros voltados para pessoas de baixa renda que foram expulsas do centro para periferia, devido à falta de condições de permanência nesses bairros, representada pela dificuldade na aquisição de casas próprias ou pagamento de alugueis. Pois essas áreas eram destinadas à população privilegiada.

Como alternativa desse processo, parte significativa da população optou pela casa própria, ainda que isso tivesse como consequência estar longe do seu trabalho.

Aos poucos essas áreas foram densamente ocupadas mesmo sem receber do Estado qualquer tipo de infra-estrutura necessária para urbanização. Por esses motivos verifica-se a ausência de parques municipais por muitas décadas em toda região leste, como demonstra os quadros anteriores.

Apenas em meados da década de 1970 cria-se o Parque do Carmo, no bairro Itaquera, em área pertencente a uma antiga fazenda com remanescentes de Mata Atlântica.

O segundo parque implantado foi inaugurado no ano de 1978 na região do bairro Tatuapé e sua história está ligada ao Rio Tietê. Percebe-se que ele está muito mais próximo ao centro urbano do município e distante do extremo leste da capital.

Demorou-se praticamente onze anos até a criação de mais dois parques: Parque Raul Seixas (1989), próximo a COHAB José Bonifácio em Itaquera e Parque Chico Mendes (1989) em São Miguel Paulista.

Mesmo sendo uma região densamente ocupada e com carência de áreas verdes o quinto parque foi criado no bairro Itaim Paulista, em 1992.

A população aguardou mais de uma década até a criação dos parques Chácara Flores (2002), Ermelino Matarazzo (2005), Parque Ecológico Professora Lygia N. Diogo (2005), Linear Ipiranguinha (2007), Natural Quississana (2008), Linear Itaim (2008), Linear do Aricanduva (2008) e Vila do Rodeio (2008).

Enfim, podemos concluir dizendo que essa população nunca recebeu atenção do Estado no que se refere à questão urbano-ambiental, são tão graves os problemas que não é possível sequer enumerá-los.

A criação de novos parques não são soluções para pessoas que aguardam há tanto tempo.

Quadro 8 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Norte

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	Parque do Trote	121.984	Norte	Vila Maria/Vila Guilherme	Implantado
02	Linear do Fogo	30.000	Norte	Pirituba	Implantado
03	Rodrigo de Gásperi	39.000	Norte	Pirituba	Implantado
04	Lions Club Tucuruvi	23.700	Norte	Santana/Tucuruvi	Implantado
05	Jacinto Alberto	40.910	Norte	Pirituba	Implantado
06	Jd. Felicidade	28.800	Norte	Pirituba	Implantado
07	Vila dos Remédios	109.800	Norte	Lapa	Implantado
08	Vila Guilherme	62.000	Norte	Vila Maria/Vila Guilherme	Implantado

Quadro 8 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Norte

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
09	São Domingos	80.000	Norte	Pirituba	Implantado
10	Anhanguera	9.500.000	Norte	Perus	Implantado
11	Cidade de Toronto	109.100	Norte	Pirituba	Implantado
12	Linear Ribeirão Perus	1.712.744	Norte	Perus	Implantação
13	Pinheirinho D Água	250.306	Norte	Pirituba	Implantado
14	Ten. Brigadeiro Faria Lima	50.250	Norte	Vila Maria/Vila Guilherme	Implantado
15	Linear Bispo	1.209.604	Norte	Casa Verde	Implantação
16	Linear Bananal Canivete	35.000	Norte	Freguesia do Ó	Implantação
17	Sena	21.661	Norte	Santana	Implantação
18	Linear Cabuçu de cima	17.000	Norte	Jaçanã	Implantação

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

A zona Norte conta com apenas 14 parques implantados e 4 em fase de implantação, porém é a região com maior área de parques implantados em m², são 10.445.850 m² que se transformará em 13.441.859 m² nos próximos anos

Quadro 9 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Oeste

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	CEMUCAM	904.691	Oeste	Butantã	Implantado
02	Alfredo Volpi	142.400	Oeste	Butantã	Implantado
03	Raposo Tavares	195.000	Oeste	Butantã	Implantado
04	Victor Civitta	14.000	Oeste	Pinheiros	Implantado

Quadro 9 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Oeste

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
05	Colinas de São Francisco	49.053	Oeste	Butantã	Implantado
06	Previdência	91.500	Oeste	Butantã	Implantado
07	Parque do Povo	134.000	Oeste	Itaim Bibi – Pinheiros	Implantado
08	Luís Carlos Prestes	27.100	Oeste	Butantã	Implantado
09	Linear do Caxingui	125.470	Oeste	Butantã	Implantação
10	Linear do Sapé	23.544	Oeste	Butantã	Implantado
11	Linear Ivar Beckmann	20.000	Oeste	Butantã	Implantação
12	Sergio Vieira de Melo	14.197	Oeste	Butantã	Implantação
13	Linear dos Pires	76.000	Oeste	Vila Sonia	Implantação
14	Linear Itararé	35.000	Oeste	Butantã	Implantação
15	Linear Esmeralda	50.000	Oeste	Butantã	Implantação
16	Cohab Raposo Tavares	195.000	Oeste	Butantã	Implantação
17	Orlando Vilas Boas	55.000	Oeste	Lapa	Implantado

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

Os parques implantados na região Oeste compreendem uma área de 1.581.288 m², o que representa a menor área de parques do município.

O Parque CEMUCAM – Centro Municipal de Campismo foi criado em 1968 com o objetivo de incentivar o campismo, atividades recreativas e educacionais.

Nessa época as pessoas vinham de todas as regiões do município para freqüentar o parque e acamparem no final de semana, ele foi considerado por muito tempo o principal parque da zona Oeste.

Quadro 10 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Sul

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	Independência	161.300	Sul	Ipiranga	Implantado
02	Linear de Parelheiros	16.000	Sul	Parelheiros	Implantado
03	Guarapiranga	152.600	Sul	Campo Limpo	Implantado
04	Nabuco	31.300	Sul	Jabaquara	Implantado
05	Parque dos Eucaliptos	15.448	Sul	Campo Limpo	Implantado
06	Lina e Paulo Raia	15.000	Sul	Jabaquara	Implantado
07	Ibirapuera	1.584.000	Sul	Vila Mariana	Implantado
08	Cordeiro	34.000	Sul	Santo Amaro	Implantado
09	Burle Marx	138.279	Sul	Campo Limpo	Implantado
10	São José	95.000	Sul	Capela do Socorro	Implantado
11	Santo Dias	134.000	Sul	Campo Limpo	Implantado
12	Shangrilá	75.643	Sul	Capela do Socorro	Implantado
13	Severo Gomes	34.900	Sul	Santo Amaro	Implantado
14	Jardim Herculano	75.277	Sul	M Boi Mirim	Implantação
15	Natural Varginha	3.680.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
16	Linear Castelo Dutra	60.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
17	Linear Feitiço da Vila	27.560	Sul	M Boi Mirim	Implantação
18	Alto da Boa Vista	31.000	Sul	Santo Amaro	Implantação
19	Praia São Paulo ou Riviera	168.679	Sul	Capela do Socorro	Implantação
20	Linear Cocaia	90.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
21	Natural do Itaim	7.250.000	Sul	Parelheiros	Implantação
22	Linear Invernada	4.000	Sul	Santo Amaro	Implantação
23	Natural do Jaceguava	7.550.000	Sul	Parelheiros	Implantação
24	Jacques Cousteau	67.326	Sul	Capela do Socorro	Implantação
25	Natural Cratera da Colônia	528.370	Sul	Parelheiros	Implantação
26	Guanhembu	50.030	Sul	Capela do Socorro	Implantação

Quadro 10 – Programa 100 Parques para São Paulo – Parques da Região Sul

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
27	Linear Caulim	3.213.000	Sul	Parelheiros	Implantação
28	Natural do Bororé	2.890.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
29	M Boi Mirim	189.785	Sul	M Boi Mirim	Implantação
30	Nove de Julho	537.515	Sul	Capela do Socorro	Implantação

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

A zona Sul conta hoje com apenas 3.937.530 m² de área de parques implantados, mas nos próximos anos de acordo com o Programa 100 Parques para São Paulo, irão contar com cerca de 22.465.012 m². A região é conhecida pelo potencial paisagístico das represas Billings e Guarapiranga, que sempre foram áreas de atração para usos de lazer e recreação, entretanto por muitos anos essas áreas foram sendo ocupadas por loteamentos clandestinos destinados à população de baixa renda.

2.3 Parques urbanos em São Paulo e a legislação urbana e ambiental

Para compreender a implantação dos parques urbanos em São Paulo é imprescindível analisar a legislação urbanística e ambiental ressaltando o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor do Município de São Paulo.

A Constituição Brasileira, promulgada em 05/10/1988 é a Lei Magna que estabelece direitos e deveres dos cidadãos, o Regime de Governo e a forma de exercício do poder.

Na Constituição da República Federativa do Brasil encontram-se os artigos 182 e 183, com foco central na instituição da Função Social da Propriedade e da Cidade.

No entanto, após treze anos de mobilização social e negociação foi aprovado em 2001, o Estatuto da Cidade – Lei Federal nº10.257/2001.

(...) “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Para Martins (2006) o Estatuto da Cidade é o marco referencial para uma política urbana, fruto das lutas sociais em torno da questão da moradia, compreendida não só como o teto, mas também enquanto um “lugar na cidade”. A cidade passa a ter natureza de bem público, coletivo, ficando a fruição de qualquer propriedade imobiliária sujeita a essa condição.

Conforme literalmente expresso no texto da Lei do Estatuto da Cidade, a Política Urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as diretrizes gerais de (art 2º)

- I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II. gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamentos de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Sobre a “função social da propriedade”, a lei estabelece que a “propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” e delega esta tarefa para os

municípios, oferecendo as cidades condições de intervir sobre o seu território, inovando os instrumentos de planejamento e gestão urbana. É exigência da própria Constituição, no prazo de cinco anos a elaboração de um Plano Diretor para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. O Plano Diretor deve ser aprovado por lei municipal e conter no mínimo (art. 42):

- I. a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização;
- II. delimitação das condições e das áreas onde poderão ser aplicados os novos instrumentos urbanísticos definidos no Estatuto: direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir e da alteração de uso do solo, operação urbana consorciada , transferência do direito de construir;
- III. sistema de acompanhamento e controle.

Esses instrumentos ajudam os municípios a enfrentar as especulações imobiliárias, que avança rapidamente sobre áreas ambientalmente protegidas.

Para cidades com mais de quinhentos habitantes, deverá também ser elaborado um plano de transporte urbano, além da indicação no plano sobre o Impacto de Vizinhança, Usucapião Especial de Imóvel Urbano, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e a delimitação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social).

No caso de Usucapião Especial de Imóvel Urbano e a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, importantes pontos definidos na constituição foram regulamentados: redução para cinco anos, do período de efetiva utilização do imóvel como moradia para utilização do benefício, o limite de 250m² de terreno por família, a possibilidade de regularização via judiciário.

Segundo Martins (2006),

O estatuto da cidade, aprovado treze anos depois da Constituição, contém uma série de diretrizes e instrumentos, na grande maioria referentes ao município, já que é esta a instância mais afeta a cidade. Cidade e município são em muitas circunstâncias reciprocamente identificados um com o outro. Esses instrumentos dizem respeito à indução do desenvolvimento urbano, à regularização fundiária, a democratização da gestão urbana e, em alguma medida, ao financiamento da política urbana.

Em síntese, se o ponto de vista de seus princípios básicos o Estatuto da Cidade é absolutamente preciso e direcionado – no tocante a penalização de imóvel sub-utilizados e na abertura à participação e controle social, no tocante aos instrumentos urbanísticos que contém, inclui uma gama de alternativas que pode assumir perfis e produtos muito diversos.

Tais instrumentos tanto podem ser utilizados como indutores de um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável, quanto simplesmente para gerar recursos orçamentários, reforçando na cidade desequilíbrio e processos de segregação. (p. 30 e 31)

Segundo Maricato, o Estatuto da Cidade pode provocar mudanças positivas na cidade ou pode mudar muito pouco: “se a elite brasileira tiver sensibilidade e perceber que ela está sendo engolida pelos dramas recorrentes da falta de moradia”. Isso significa que as pessoas devem se preocupar com as questões ambientais, porque todas as áreas ambientalmente frágeis estão sendo ocupadas pela população pobre que é “empurrada” pra áreas distantes da cidade, não rentáveis financeiramente.

O Direito de Superfície e a Outorga Onerosa são instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade, que consagra a idéia do “solo criado”, onde o município concede ao proprietário de um imóvel a possibilidade de edificação acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser financiada pelo beneficiário.

Com relação ao parcelamento do solo urbano, a lei federal nº6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, define que “não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos às inundações e em áreas de preservação ecológica”.

De acordo com o Código Florestal Federal, quanto à preservação das florestas e demais formas de vegetação natural, situadas ao longo dos rios e outros cursos d’água, aplica-se a Lei nº 4771 de 15/09/1965, no que concerne às Áreas de Preservação Permanente (APP) como sendo “toda área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo, e assegurar o bem estar das populações humanas.”

O 2º artigo do Código Florestal Federal, estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima seja de:

- 1) De 30 metros para os cursos d’água de menos de 10 metros de largura;
- 2) De 50 metros para os cursos d’água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
- 3) De 100 metros para os cursos d’água que tenham de 50 a 200 metros de largura;
- 4) De 200 metros para os cursos d’água que tenham de 200 a 500 metros de largura;
- 5) De 500 metros para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 metros.

A Lei ressalta que essas implicações devem ser cumpridas segundo exigências da legislação específica municipal ou estadual.

Por meio da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 369, de 28/03/2006, dispõe os casos excepcionais que possibilitam a exploração das áreas de preservação e ecossistemas de mata ciliar, sendo: para utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, que possibilita a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas e Preservação Permanente mediante licenciamento e algumas restrições.

Com a elaboração do PDE – Plano Diretor Estratégico de São Paulo em 2002 – Lei Municipal nº 13.430/02, e o objetivo de organizar o crescimento e o funcionamento da cidade incluindo as zonas urbanas e rurais. Ocorreu uma preocupação em criar um sistema integrado de áreas verdes, com objetivos de “ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante do município; assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do município” (Art. 58).

O Plano Diretor apresenta:

“III – as Áreas Verdes, que constituem o conjunto dos espaços arborizados e ajardinados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável do Município” (Lei Municipal no 13.430/02, Art. 101, § 2º, III).

“Art. 131 - O Sistema de Áreas Verdes do Município é constituído pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana tendo por objetivo a preservação, proteção, recuperação e ampliação desses espaços” (Lei Municipal no 13.430/02, Art. 131).

São consideradas como integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município todas as áreas verdes existentes e as que vierem a ser criadas, de acordo com o nível de interesse de preservação e proteção, de acordo com as seguintes categorias:

- áreas verdes públicas de Proteção Integral (Parques e Reservas);
- áreas verdes públicas ou privadas de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Parque Urbano e Praça Pública);
- áreas de especial interesse públicas ou privadas: área ajardinada e arborizada localizada em logradouros e equipamentos públicos;

- chácaras, sítios e glebas;
- cabeceiras, várzeas e fundo de vale;
- espaço livre de arruamento e áreas verdes de loteamento;
- cemitérios;
- áreas com vegetação significativa em imóveis particulares.

A idéia de preservação e manutenção de áreas verdes, também está presente na política de recursos hídricos com o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos d'água e fundos de vale (Art. 106 e 108), onde define a necessidade de:

“Implantação dos parques lineares contínuos e caminhos verdes a serem incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município” (Art. 106)

Segundo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB, 2006), entre os parques existentes e propostos nos planos diretores regionais, existe uma hierarquia de importância em relação a sua função de barreira ao crescimento da cidade nas áreas de interesse ambiental, e podem ser divididos em:

- Parques urbanos – integrados à malha urbana, cumprem várias funções e atendem a diversos usos, apresentando diferentes formas de ocupação, inclusive áreas de massa arbórea com interesse de preservação;
- Parques de beira de represa – propostos na área envoltória das represas Guarapiranga e Billings, estão localizados nas suas bordas ou afluentes diretos. Geralmente estão contíguos a áreas densamente ocupadas com uso habitacional irregular e chácaras, ocupando espaços que sofrem pressão para a expansão da ocupação. Idealmente estão concebidos como espaços a serem requalificados e recuperados ambientalmente e a atenderem a usos de lazer e educação ambiental. Alguns desses parques estão grafados como parques lineares;
- Parques de amortecimento – são os contíguos a grandes parques ecológicos e unidades de conservação e servem como área de proteção contra qualquer uso que venha a pressionar por ocupar essas áreas, servindo como “tampão” de proteção das Unidades de Conservação;

- Parques de contenção da ocupação – com a mesma finalidade, diferenciam-se dos parques de amortecimento por estarem próximos a áreas que exercem forte pressão por ocupação como, por exemplo, parque que envolve a Cratera da Colônia.

2.4 Parques Lineares

Segundo Giordano (2004) O conceito de parque linear, aparece no século XIX, na Europa em projetos inovadores, tais como o Plano de Birkenhead Park, de Joseph Paxton, na Inglaterra que propunha um conceito de parque considerando aspectos ambientais dentro de um sistema viário e o Plano para a cidade de Berlim estabelecia um sistema de parques e canais de comunicação com o rio Spree, integrando soluções para assegurar a navegabilidade e a defesa contra as cheias.

O arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted foi o precursor dessa idéia e introduziu o conceito de *Parkways*, que seriam caminhos de ligação entre parques e outros espaços abertos, ligados entre si.

Segundo Giordano (2004), em 1866 e 1867 Olmsted e o arquiteto inglês Calvert Vaux projetaram o *Brooklyn's Prospect Park*, um dos primeiros parques lineares a serem implantados, em 1868 realizaram o primeiro projeto de parques integrados na cidade de Buffalo e um *Parway* no estado de Illinois, unindo o subúrbio Riverside a Chicago, e entre 1887 e 1895 projetaram o Emerald Necklace, que foi considerado como a maior realização de Parques Lineares, compondo um arco ao redor da cidade de aproximadamente 7,2 km de extensão.

Na atualidade alguns autores apresentam diferentes definições para parques lineares.

Conforme Galender (2005) apud Friedrich (2007), o conceito de parque linear é contrário ao de parque isolado, de desenho geométrico regular e limites finitos. Por intermédio de planos urbanísticos, busca promover o desenho da paisagem pelo estabelecimento de uma continuidade espacial, relacionando os espaços construídos e os espaços abertos, ou seja, vinculando-se com a paisagem urbana.

Em Garabini (2004) apud Friedrich (2007), o parque linear agregado a áreas de fundo de vale apresenta-se como o espaço aberto, livre, onde os subespaços recreativos são de outra natureza, nos quais os Playgrounds e jogos lúdicos são preteridos pela preservação ambiental, pelo culto ao corpo, pela prática de longas caminhadas e pelo lazer contemplativo.

Segundo Giordano (2004) apud Friedrich (2007), os parques lineares são áreas lineares destinadas tanto à conservação como a preservação dos recursos naturais, tendo como principal característica a capacidade de interligar fragmentos florestais e outros elementos encontrados em uma paisagem, assim como os corredores ecológicos. Porém, neste tipo de parque têm-se a agregação de funções de uso humano, expressas principalmente por atividades de lazer e como rotas de locomoção humana não motorizada, compondo desta forma princípios de desenvolvimento sustentável.

Segundo Ahern (1995) apud Friedrich (2007), o termo parque linear é utilizado para áreas de configuração linear que são planejadas, desenvolvidas e manejadas com múltiplos propósitos, tais como: ecológicos, recreativos, culturais, estéticos e outros condizentes com o uso sustentável do solo. O autor esclarece que estes parques podem ser definidos a partir de cinco princípios:

- a) Configuração espacial essencialmente linear, o que o diferencia de outros elementos da paisagem;
- b) Capacidade de união de elementos da paisagem, atuando de forma sinérgica num sistema;
- c) Multifuncionalidade, associando usos espaciais e funcionais de forma compatível e necessidades ecológicas, culturais, sociais e estéticas;
- d) Sustentabilidade;
- e) Estratégia espacial, que integra sistemas lineares com outras áreas não lineares, cuja composição não é beneficiada pela diversidade de usos.

Conforme Little (1990) apud Friedrich (2007), os parques lineares podem ser classificados em cinco categorias gerais:

- a) Parques Lineares criados como parte de programas de recuperação ambiental, geralmente ao longo de rios e lagos;
- b) Parques Lineares criados como espaços recreacionais, geralmente ao longo de corredores naturais de longas distâncias, tais como canais, trilhas ou estradas abandonadas;
- c) Parques Lineares criados como corredores naturais ecologicamente significantes, ao longo de rios ou linhas cumeadas, que podem possibilitar a migração de espécies, estudo da natureza e caminhadas a pé;
- d) Parques Lineares criados como rotas cênicas ou históricas, ao longo de estradas, rodovias, rios e lagos;
- e) Rede de parques, baseada em formas naturais como vales ou pela união de parques lineares com outros espaços abertos, criando infra-estruturas verdes alternativas.

Segundo Friedrich (2007), a proposta de implantação de parques lineares no Brasil vem sendo praticada por meio de casos isolados, principalmente no que se refere aos municípios, mesmo com o crescente estado de degradação sócioambiental das áreas urbanas. Nesse contexto o parque linear vem sendo muito utilizado em projetos ambientais com foco em gestão urbana das áreas marginais aos cursos d'água, conciliando os aspectos urbanos ambientais presentes na legislação.

2.5 Implantação de Parques Lineares em São Paulo

Na cidade de São Paulo a implantação de parques lineares surgiu no Plano Diretor Estratégico, criado pela Lei 13.430/2002 e propõem na legislação urbanística e ambiental do município de São Paulo o Programa Recuperação Ambiental de Cursos d'Água e Fundos de Vale.

No artigo 106, parque linear é definido como:

“Os parques lineares são intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes”.

Segundo a prefeitura de São Paulo, para esse programa, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano – Fundurb -, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, da ordem de R\$ 38 milhões, valor que garante inicialmente a implantação de alguns parques. Outros serão executados mediante a entrada de compensações ambientais, um processo mais complexo e demorado, pois dependem de destinação de recursos da Câmara de Compensação Ambiental.

São objetivos deste programa:

- a) ampliar progressivamente e continuamente as áreas permeáveis ao longo dos fundos de vale da cidade, para diminuição das enchentes;
- b) integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico , protegidas ou não, de modo a garantir ou fortalecer sua condição de proteção e preservação;
- c) ampliar os espaços de lazer, criando Parques Lineares ao longo dos cursos d água e fundos de vale;
- d) garantir a construção de habitações de interesse social, para reassentamento da população que eventualmente for removida;
- e) ampliar os espaços de uso público, em particular os arborizados, para garantir o bem estar das pessoas que utilizarem o parque;
- f) construir ao longo dos parques lineares, vias de circulação de pedestres e ciclovias;
- g) recuperar áreas degradadas;
- h) melhorar o sistema viário;
- i) mobilizar a população envolvida em cada projeto para garantir sua participação quanto às características físicas e estéticas do bairro;
- j) motivar problemas de educação ambiental, de modo a evitar poluição dos espaços públicos e garantir a fiscalização desses espaços;

- k) criar condições de implantação e manutenção com ajuda de recursos dos investidores e proprietários de imóveis beneficiados com o Programa de Recuperação Ambiental;
- l) promover ações de saneamento ambiental dos cursos d'água;
- m) implantar sistemas de retenção de águas pluviais;
- n) criar formas de impedir que as galerias pluviais sejam utilizadas para ligações de esgotos clandestinos.

Para a Prefeitura de São Paulo, da forma que está definido o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale no artigo 106, sugere-se que os Parques Lineares e caminhos verdes são a principal forma de recuperação ambiental. Entretanto, o programa, conforme os objetivos colocados no art. 107 é mais amplo do que isso e, portanto, não deve ser atrelado exclusivamente à implantação dos parques.

Os objetivos colocados pelo programa abrangem questões amplas que vão desde a educação ambiental e a conscientização da população a respeito da problemática hídrica na cidade, até a construção de dispositivos de retenção de águas pluviais, a garantia de reassentamento de eventual população removida na mesma sub-bacia ou o impedimento do uso de galerias pluviais para o despejo de esgoto clandestino.

Ao mesmo tempo, existem limitações à implantação e gestão dos Parques Lineares, assim como existem muitas áreas de fundo de vale e cursos d'água, principalmente nos extremos norte e sul do município, onde a ocupação urbana é rarefeita e pode não haver interesse na criação de parques e caminhos verdes, sendo suficiente à preservação da área.

O Parque Linear se caracteriza como uma intervenção urbanística associada à Rede Hídrica em fundo de vale, portanto, pode ter tipologias diferenciadas de acordo com os seguintes objetivos:

- Proteger ou recuperar os ecossistemas lindeiros aos cursos e corpos d'água;
- Conectar áreas verdes e espaços livres de um modo geral;

- Controlar enchentes;
- Prover áreas verdes para o lazer.

Por estar associado à Rede Hídrica o Parque Linear tem características diferenciadas de um parque convencional, deve atender a finalidades paisagísticas e ecológico-ambientais, além das de lazer e sociabilidade.

As Áreas de Intervenção Urbanas – AIUs, estão definidas no PDE – Plano Diretor Estratégico, como instrumento prioritário para viabilizar a implantação e Parques Lineares, com as seguintes finalidades:

- Alteração do desenho urbano de determinada parcela do território, por meio da definição de parâmetros de uso e ocupação do solo específico diferenciados do entorno, onde continua prevalecendo o zoneamento estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS (Lei no. 13.885/04);
- Alteração do desenho urbano visando privilegiar aspectos específicos, no caso da AIU de Parques Lineares, a recuperação do curso hídrico e fundo de vale, seguindo um Projeto Urbanístico Específico – PUE;
- Geração de recursos públicos decorrentes da outorga onerosa, ou transferência de potencial construtivo com doação de imóvel.

Os parques lineares em áreas públicas não necessitam obrigatoriamente de AIU. A Área de Intervenção Urbana define instrumentos que se aplicam sobre a propriedade privada, visando à recuperação, preservação ou conservação ambiental, mas em casos de áreas públicas, cabe a administração municipal definir qual o melhor tipo de tratamento a ser dado.

Segundo o artigo 146 do PDE:

Áreas de Intervenção Urbana são porções do território de especial interesse para o desenvolvimento urbano, objeto de **projetos urbanísticos específicos**, nas quais poderão ser aplicados instrumentos de intervenção, previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para fins de regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e

direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

Em um parque linear a AIU tem como finalidade principal a liberação de áreas nos fundos de vale particulares para a implantação do parque sem que o poder público tenha que dispor de recursos para aquisição da área. Para que isso ocorra o principal instrumento utilizado é a transferência do potencial construtivo e a outorga onerosa, ou seja, a AIU visa estimular o proprietário a liberar o solo destinado ao parque, transferindo para outra área fora da planície aluvial o potencial construtivo.

Para a implantação do parque se efetivar é necessária gestão ativa junto aos proprietários e uma negociação de interesses públicos e privados.

Os parques lineares em São Paulo começaram a ser construídos em 2005, e atualmente a cidade conta com sete parques lineares: Linear Córrego do Fogo, Linear do Aricanduva, Linear do Rapadura, Linear Itaim, Linear de Parelheiros, Linear Ipiranguinha e o Linear Tiquatira. O parque linear do Sapé está com sua primeira fase já instalada, e outros estão em implantação pela cidade, dentro do Programa 100 Parques para São Paulo.

Após constante análise sobre a criação e implantação de parques lineares e visita técnica, fica claro que os projetos em andamento não obedecem aos objetivos do programa.

Quadro 11 – Parques lineares por área, região na cidade e data de implantação

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
01	Linear Tiquatira	320.000	Leste	Penha	Implantado
02	Linear de Parelheiros	16.000	Sul	Parelheiros	Implantado
03	Linear Ipiranguinha	10.000	Leste	Vila Prudente	Implantado
04	Linear Itaim	21.000	Leste	Itaim Paulista	Implantado
05	Linear do Fogo	30.000	Norte	Pirituba	Implantado
06	Linear do Aricanduva	125.000	Leste	Cidade Tiradentes	Implantado
07	Linear do Rapadura	70.000	Leste	Aricanduva	Implantado

Quadro 11 – Parques lineares por área, região na cidade e data de implantação

(continuação)

	<i>Parque</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Região</i>	<i>Subprefeitura</i>	<i>Situação</i>
08	Linear do Rio Verde	38.180	Leste	Itaquera	Implantação
09	Linear Água Vermelha	124.207	Leste	Itaim Paulista	Implantação
10	Linear do Sapé	23.544	Oeste	Butantã	Implantado
11	Linear do Guaratiba	29.000	Leste	Guaianazes	Implantação
12	Linear do Monguaba	64.061	Leste	Ermelino Matarazzo	Implantação
13	Linear Cipoaba	70.000	Leste	São Mateus	Implantação
14	Linear Taboão	70.000	Leste	Aricanduva	Implantação
15	Linear das Nascentes do Aricanduva	350.000	Leste	Cidade Tiradentes	Implantação
16	Linear Cabuçu de Cima	17.000	Norte	Jaçanã	Implantação
17	Linear Bananal Canivete	35.000	Norte	Freguesia do Ô	Implantação
18	Linear Bispo	1.209.604	Norte	Casa Verde	Implantação
19	Linear Ribeirão Perus	1.712.744	Norte	Perus	Implantação
20	Linear dos Pires	76 000	Oeste	Butantã	Implantação
21	Linear do Caxingui	125.470	Oeste	Butantã	Implantação
22	Linear Ivar Becker	20.000	Oeste	Butantã	Implantação
23	Linear Esmeralda	50.000	Oeste	Butantã	Implantação
24	Linear Invernada	4.000	Sul	Santo Amaro	Implantação
25	Linear Feitiço da Vila	27.560	Sul	M Boi Mirim	Implantação
26	Linear Castelo Dutra	60.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
27	Linear do Cocaia	90.000	Sul	Capela do Socorro	Implantação
28	Linear Caulim	3.213.000	Sul	Parelheiros	Implantação
29	Linear Itararé	35.000	Oeste	Butantã	Implantação

Fonte: Dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2008, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parques. Organizado por Instituto SocioAmbiental. Organização final: Daniela Miranda Guimarães, 2010.

3. IMPLANTAÇÃO DE PARQUES LINEARES EM ÁREAS URBANAS, O CASO DO PARQUE LINEAR RIO VERDE, ITAQUERA, SÃO PAULO, SP.

3.1 Apresentação da área de estudo



Mapa 1 – Região Metropolitana de São Paulo com destaque no Município de São Paulo.

Escala aproximada 1:300.000

Fonte: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/mapasedados.php>>



Mapa 2 – Mapa do Município de São Paulo com destaque na localização do Bairro Itaquera

Escala aproximada: 1:120.000

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA

A área eleita para o desenvolvimento da pesquisa pertence ao bairro de Itaquera na zona Leste da cidade de São Paulo. Localiza-se junto ao terminal de Metrô e ônibus de Itaquera, numa área imediatamente abaixo do sistema de manobras dos trens do Metrô.

A área era conhecida pelos moradores de Itaquera por haver uma feira livre. Por sua vez, os feirantes foram os primeiros a perceber os efeitos da ocupação por moradias, há pouco mais de 20 anos, quando os primeiros atritos começaram a acontecer nesse mesmo período. Muitos dos feirantes da época ainda continuam na profissão e oferecem relatos sobre as dificuldades da convivência com os primeiros ocupantes em condição de moradores.

Na atualidade, são cerca de 300 domicílios, que formam a Favela da Paz, também conhecida como Miguel Inácio Curi II.

Os benefícios básicos, como o da água atinge a 50% das residências, eletricidade, 40% e iluminação pública 50%, interferindo no conjunto de equipamentos que caracterizam a infra-estrutura urbana (água, luz, iluminação pública, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem fluvial e vias pavimentadas) geram um índice de 0,49, segundo o HABISP (Sistema de Informações para a Habitação Social na Cidade de São Paulo). No entanto, a rapidez e dinâmica com que as transformações se dão no local, geram margens a outras leituras e impressões, de um teor maior de precariedade.



Parque Linear Rio Verde



Favela da Paz

Imagem 1 – Localização do Parque Linear Rio Verde e Favela da Paz.

Fonte: Imagem de Satélite disponível no programa [on line] Google Earth, 2010.

Os órgãos da prefeitura classificaram, socialmente, a população local com baixo índice de vulnerabilidade (35,61), com renda média de R\$228,00 por família. Para efeito de comparações com os indicadores de Itaquera, a renda média é de R\$731,00 e aproximadamente 45% da população recebe menos de 03 salários mínimos.

No período de 2007, quando do lançamento do programa de parques lineares até os dias atuais, cerca de 15 residências foram removidas na área. Os moradores atuais (remanescentes) guardam nas lembranças os dizeres dos representantes da prefeitura que o parque linear se estenderia para toda a mancha da favela. Essas perspectivas geraram algumas repercussões na leitura dos moradores, relativamente a aspectos perceptivos, como a noção de propriedade e pertencimento.

Os moradores não possuem qualquer forma de organização. Eles não possuem associação de moradores, nem elegeram representante. O regime de esgoto das casas, bem como, a construção das mesmas, mostra quadros severos de individualismo. Tubos de esgotamento personalizados e ausências de “paredes de meia” são indicadores desse fato, como mostram as fotos abaixo.



Fotografia 1 – Sistema de esgotamento enterrado e individualizado.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (2010)



Fotografia 2 – Novas ocupações.

Paredes paralelas, duplas com papéis equivalentes aumentam os custos e diminuem os cômodos.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Nos diálogos estabelecidos com a comunidade a falta de união entre os membros é lembrada como fator determinante para a maioria dos problemas locais. Eles mesmos admitem a difícil comunicação como o preponderante para a falta de cooperação entre os moradores, o que reflete gravemente na conservação das vias de circulação, que ainda não possuem calçamento, no esgotamento de efluentes, no dimensionamento dos cômodos e na instabilidade dos telhados.

A vala de drenagem de águas pluviais transformou-se também em canal para esgotamento residencial. Posicionado linearmente na borda mais alta da superfície da favela, sua função seria a de fazer a primeira coleta das águas das chuvas diretamente para os rios. No entanto, acabou por ser integrado ao sistema de esgoto residencial para parte da população. Porém, além do esgoto a vala recebe lixo, com sérias conseqüências para os moradores nos dias de entupimentos e de chuvas. A alegação é a impossibilidade de acessar o rio pela presença das casas.



Fotografia 3 – Aspectos do sistema de drenagem de águas pluviais, que recebe esgoto residencial de parte da população.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (2010)



Fotografia 4 – Entupimentos constantes, com sérias conseqüências para as residências.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (2010)

O fato de ter caráter de enclave, ou seja, estar situada abaixo de um sistema de manobras de ferrovia, estar cercada por vias asfaltadas de grande movimentação e conviver com as fronteiras de um Parque com força legal de desapropriação faz com que o estado de tensão seja uma constante. Acrescente-se a isso o fato de os órgãos públicos terem anunciado a perspectiva de prolongamento das atividades das obras à montante do ponto em que se encontra. Por consequência, os moradores têm um discurso que diz: “Se me mandarem embora eu vou pra outro canto. É deles!”⁶

3.2 Análise de entrevistas

Entre todas as visitas (12, no total), o discurso livre de questões, a manifestação oral sem condução por parte do pesquisador, acabou sendo uma tônica em muitas das abordagens na favela. Somente em duas experiências praticou-se um questionário⁷, com indagações dirigidas. Foram abordadas, um total de 32 pessoas de dentro e fora da mancha da favela, assim, os resultados apontam reflexos de opiniões mais heterogêneas, por inserir moradores do entorno também.

⁶ Morador da Favela da Paz: José Francisco da Silva, 47 anos.

⁷ Questionário – anexo.

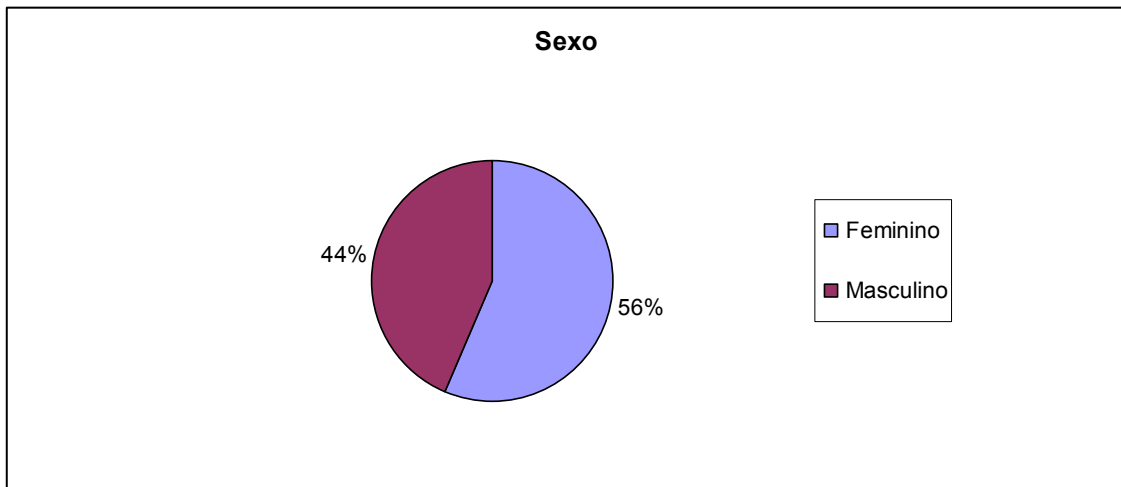


Gráfico 1 – Perfil do entrevistado (Sexo). Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

A participação da população de sexo feminino foi mais expressiva.

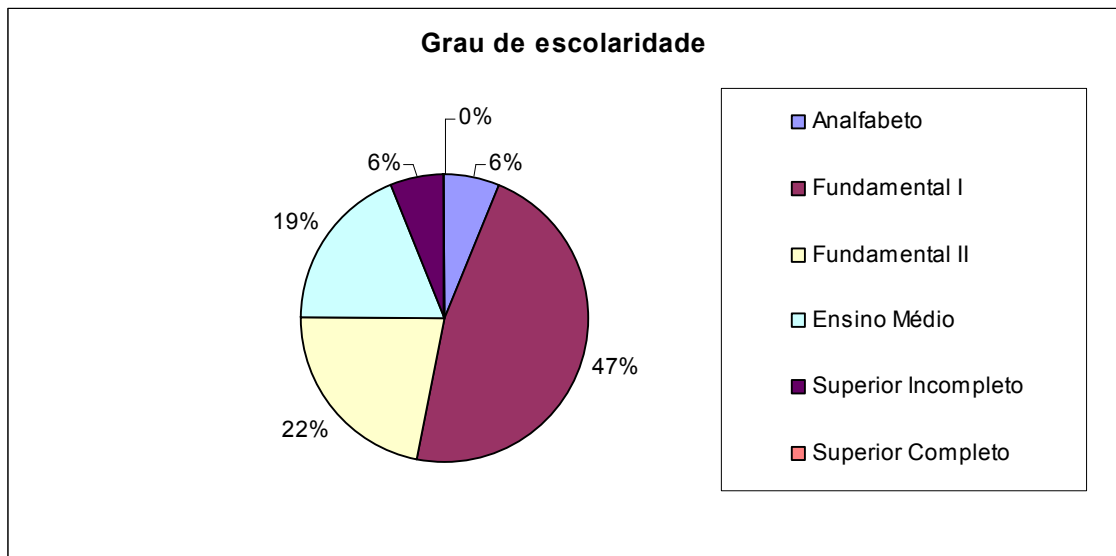


Gráfico 2 – Perfil do entrevistado (grau de escolaridade).

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Das pessoas entrevistadas, nenhuma apresentou escolaridade de nível superior completo, superior incompleto e analfabetos têm números equivalentes e predomínio de população até a antiga 4ª série (atual 5º ano do Ensino Fundamental II).

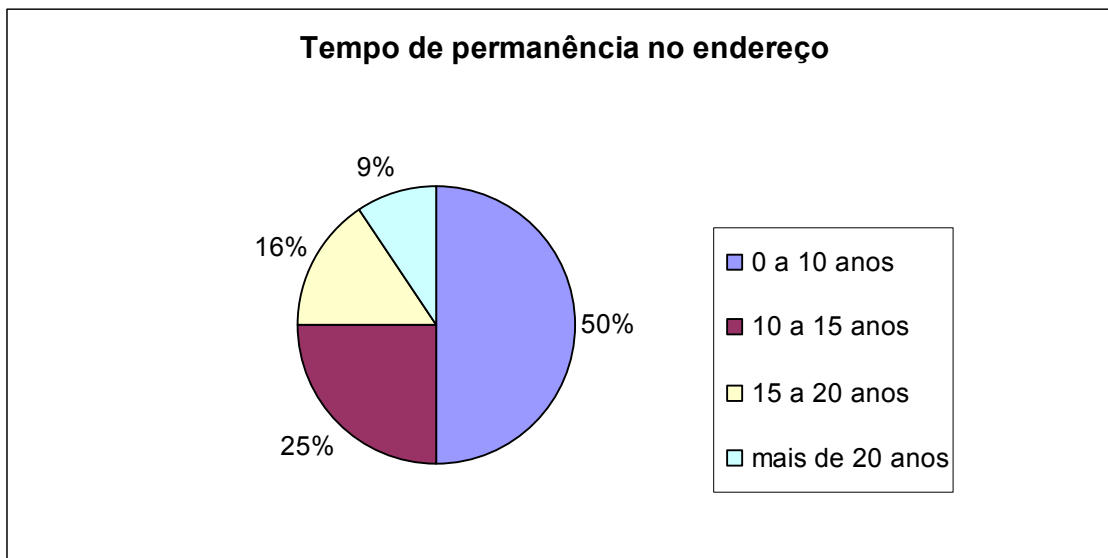


Gráfico 3- Tempo de permanência no endereço. Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

O tempo de residência local é significativo para que se manifeste uma leitura crítica sobre as modificações impostas. Apesar de 50% dos entrevistados terem menos de 10 anos de residência local, todos assistiram às primeiras etapas do parque e vêm acompanhando o lento processo de sua instalação.

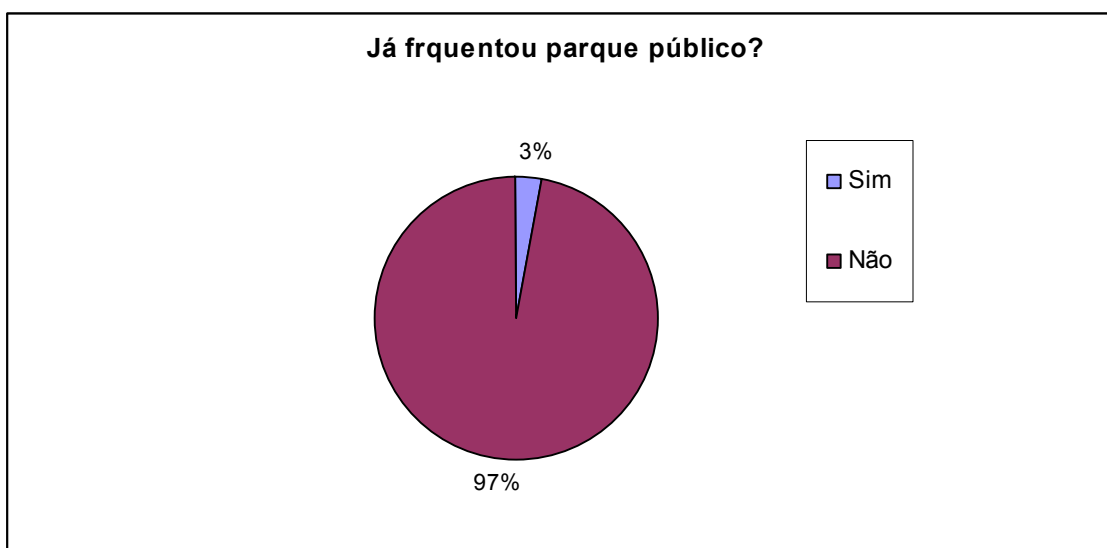


Gráfico 4 – Entrevista

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Quase 100% dos entrevistados manifestaram nunca ter freqüentado um parque, no entanto, o que se sabe é que dificilmente as pessoas associam rapidamente o conceito de parque e o visualizam na memória. Por isso, talvez, as contradições com a questão anterior.

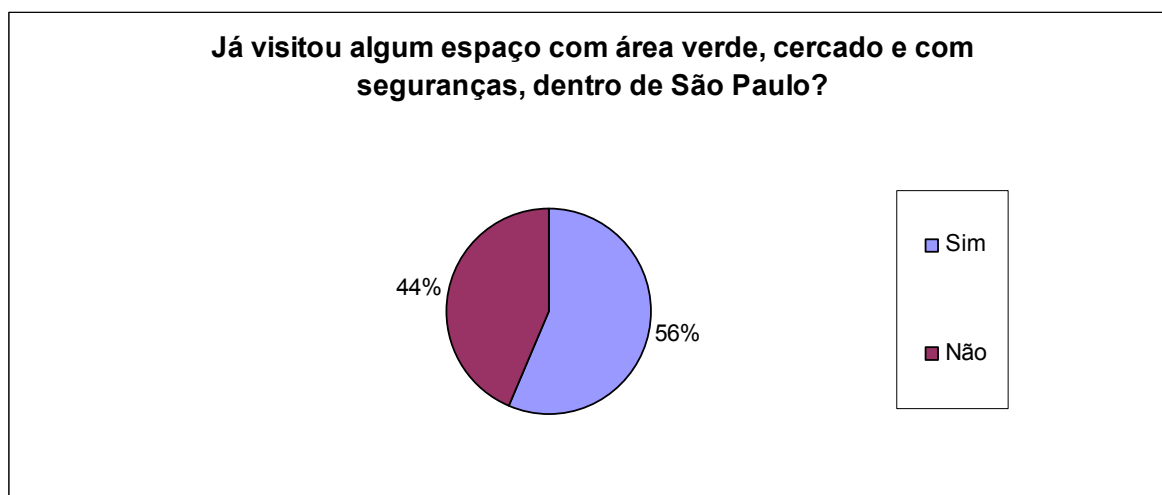


Gráfico 5 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Nessa questão, os entrevistados sinalizam a possibilidade de, ao menos 50%, ter aproveitado alguma oportunidade de visitação de um parque.



Gráfico 6 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

A totalidade das pessoas entende os riscos de se manter uma área verde sem as garantias de segurança de outros usos ou ocupações.

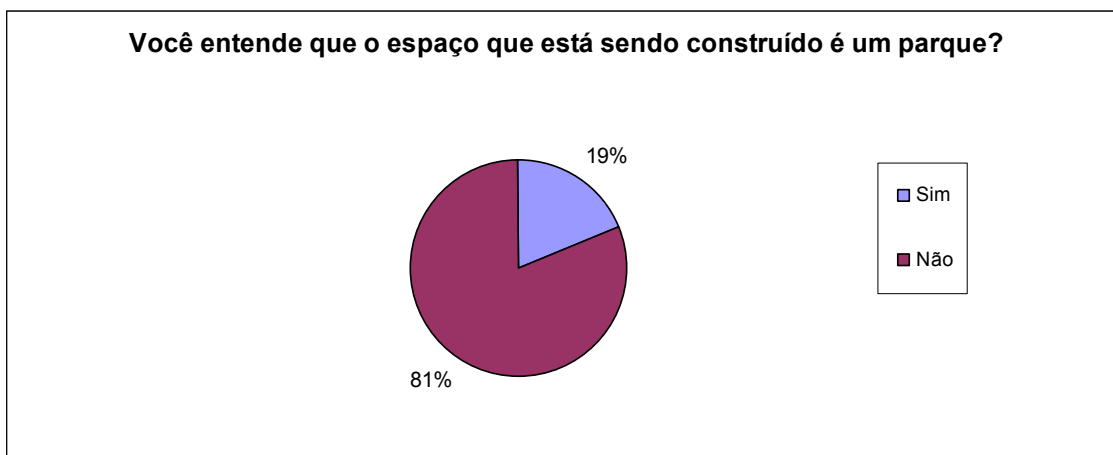


Gráfico 7 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Mais da 80% dos entrevistados não percebe a concepção do espaço com um conceito de parque. A maioria das pessoas que respondem não, preferem associar o projeto a palavra praça. Mesmo porque o estágio de desenvolvimento das obras dá margens aumenta o universo semântico. As pessoas alegam desconhecerem os detalhes do projeto.

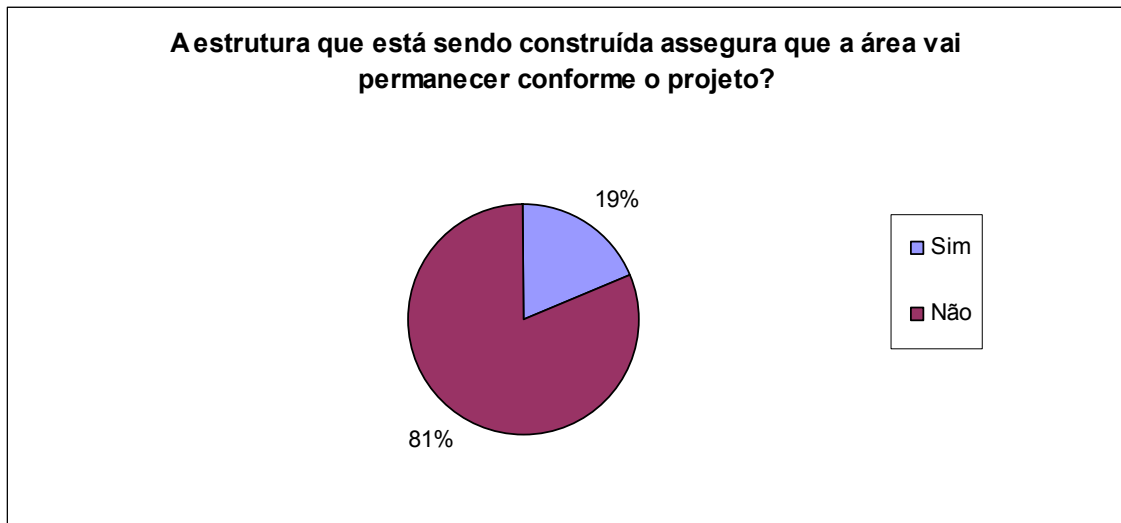


Gráfico 8 – Entrevista. Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Essa pergunta reivindicou muitos esclarecimentos. Os entrevistados não compreendiam bem por conta do estágio de obra muito incipiente. Assim, deu-se uma avaliação com base em expectativas ponderadas no comportamento estimado. Ou seja, julga-se, a partir do que se conhece dos outros ou de si próprio que o parque deverá sofrer muitas modificações devido aos maus costumes, a educação, o vandalismo e a falta de manutenção por parte da prefeitura.

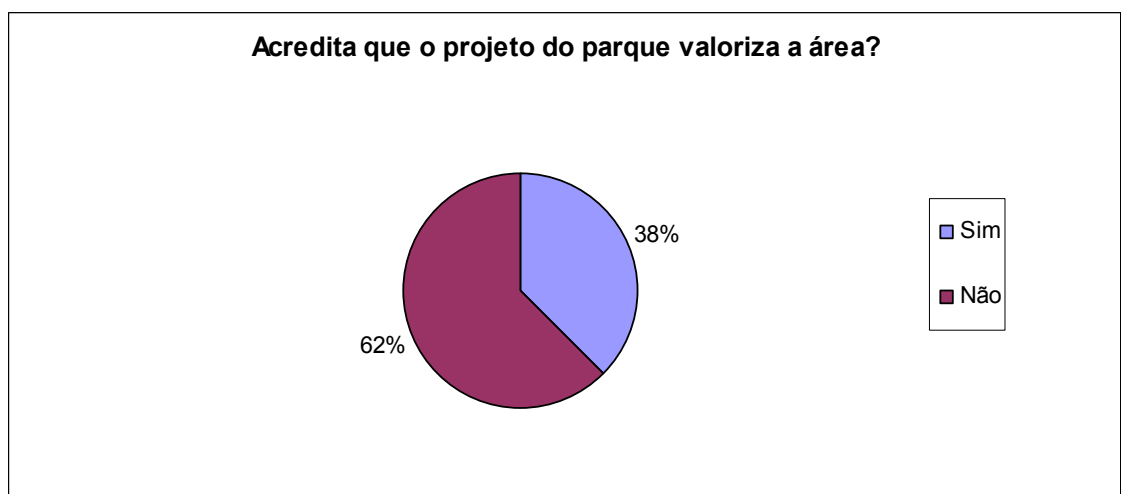


Gráfico 9 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Apesar de achar que a área fica mais bonita e com outros usos mais sofisticados, os entrevistados manifestaram a preocupação com os assaltos noturnos e com o uso e comércio de drogas que pode gerar muita violência.

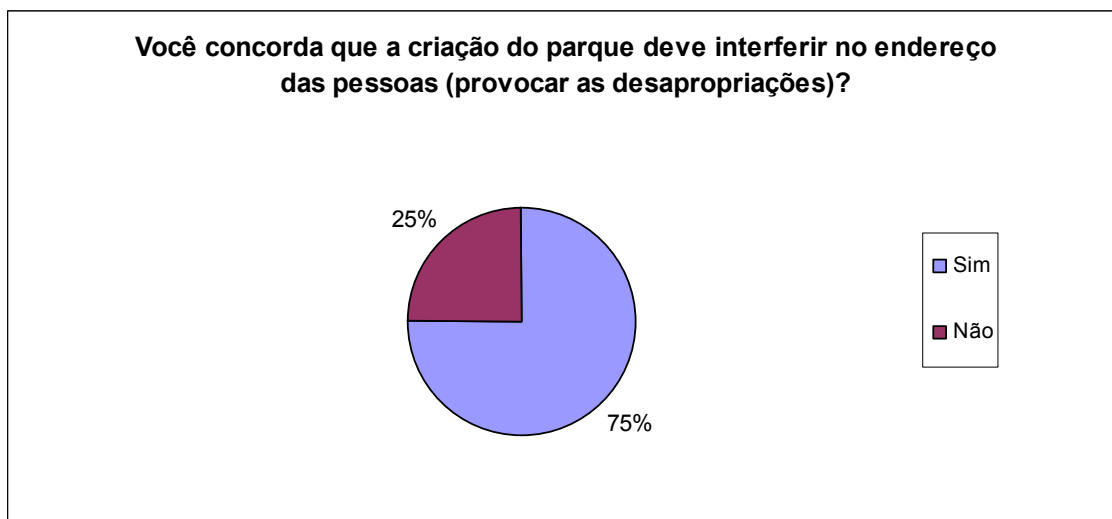


Gráfico 10 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Na leitura dos entrevistados, nenhuma forma irregular de apropriação de terrenos deve ser valorizada. Assim, três quartos entendem que a devolução do rio a cidade, com custos de desapropriação é válido.

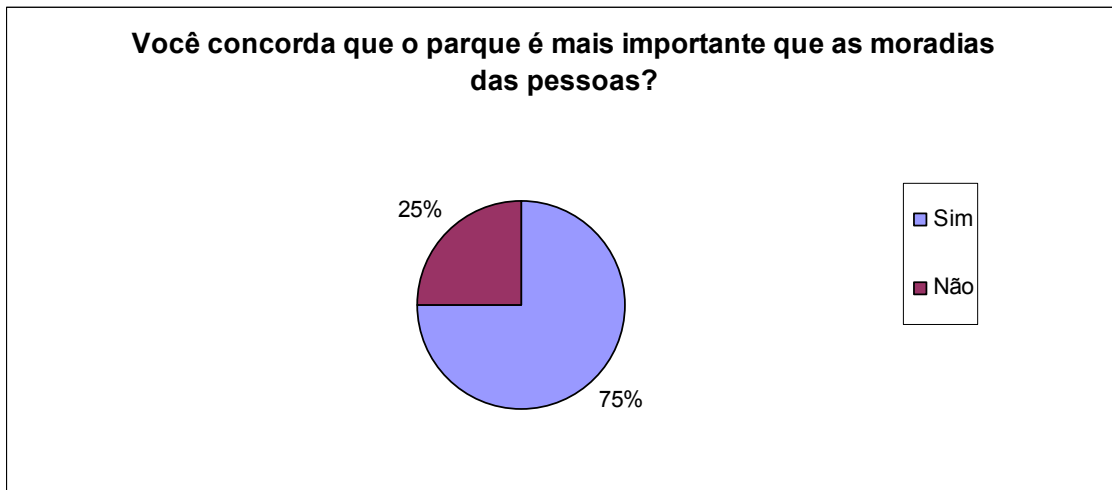


Gráfico 11 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

É grande o percentual de entrevistados que se posiciona em apoio às decisões do poder público. Confunde-se com uma necessidade de perceber uma ação pública em detrimento da privada, uma vez que a ocupação privada caracteriza a precariedade, a falta de poder público e, portanto, a aparente desordem, por outro lado, a leitura que se espalha é a de que a propriedade é pública mesmo e não privada.

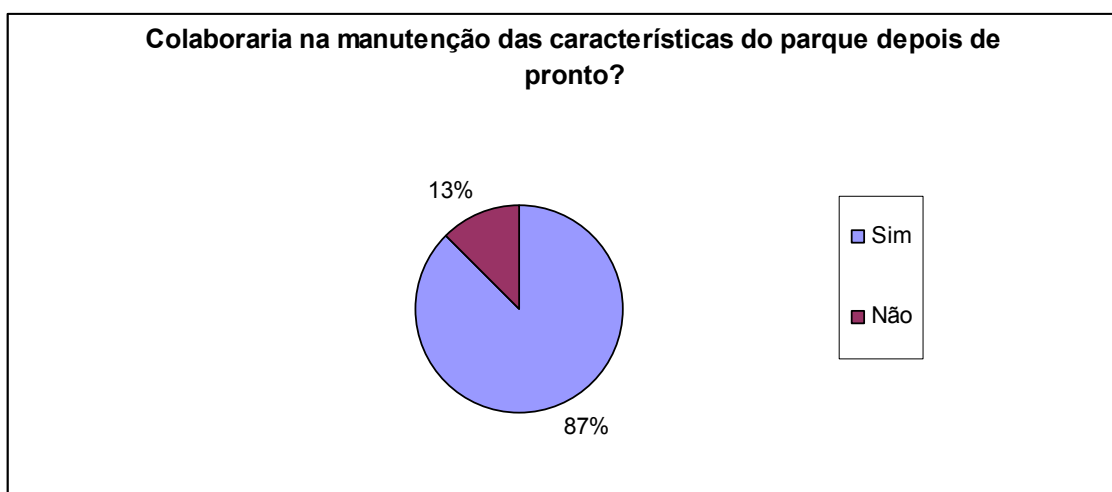


Gráfico 12 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Nas diversas categorias do público entrevistado, ora entre os homens, mais jovens ou mais novos, dentro ou fora da favela, ora entre mulheres donas de casa ou não, a manifestação da solidariedade e da cooperação foi muito retratada e as proatividades foram as mais diversas. Desde plantio de árvores, arbustos, regas básicas até intervenções, em regime de mutirão.

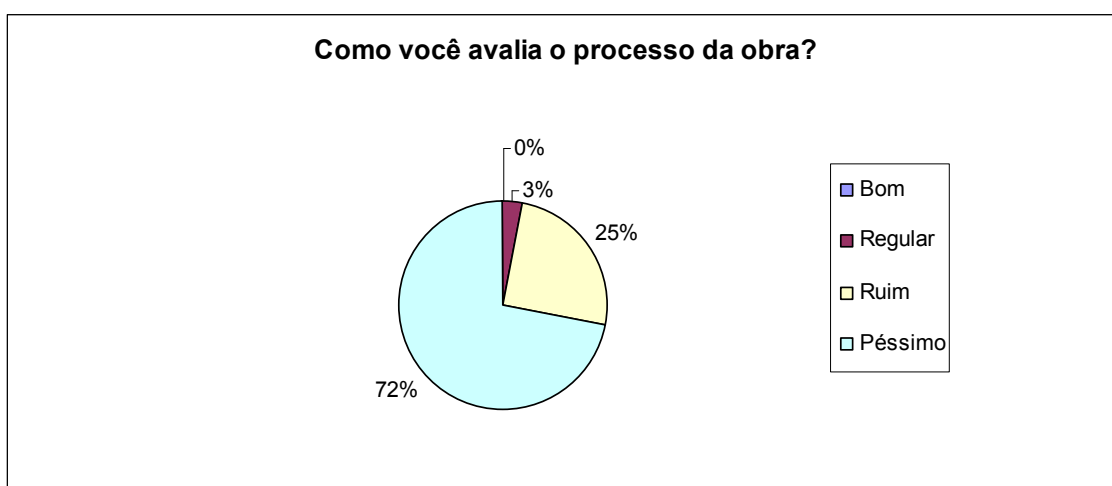


Gráfico 13 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

O alto percentual de avaliações negativas é coerente com os processos e a dinâmica das obras. Previsto para ser entregue em 2008, não há nem sinal de finalização. Os constantes imprevistos só reforçam a tese de descaso que está presente na avaliação das pessoas.

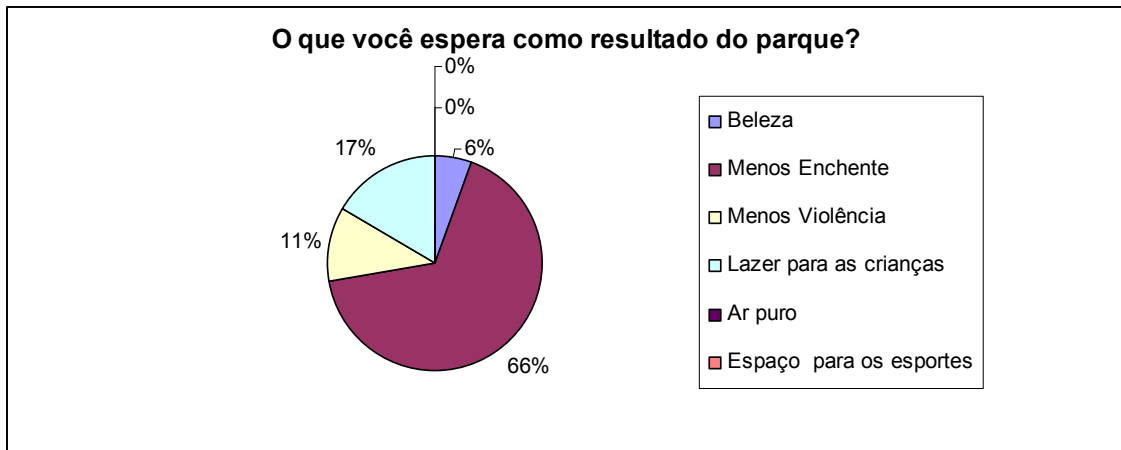


Gráfico 14 – Entrevista.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Uma das imagens mais marcantes na memória das pessoas entrevistadas é a do sofrimento causado pelas chuvas. A redução dos problemas relativos às enchentes já é um indicador de elevação de qualidade de vida. No entanto, todos os demais aspectos acabam sendo prejudicados na avaliação das pessoas pelo atraso na entrega das obras.

3.3 Análise do projeto do Parque Linear Rio Verde

O projeto do Parque Rio Verde está inserido numa circunstância de intervenção urbana de proporção. Pela imagem abaixo, denota-se a longa extensão do rio que passou por processos desordenados de ocupação, com grave histórico de problemas relativos a enchentes e redundaram em ocupações pela população de menor renda e que são percebidos em projetos de intervenção da atual administração pública.



Imagem 2 - Em destaque está o eixo de intervenção no vale do Córrego Rio Verde, desde suas nascentes, no Parque do Carmo. Fonte: Escritório Luiz Cutait Arquitetura e Urbanismo Ltda. Disponibilizado pela Subprefeitura de Itaquera. Escala Aproximada: 1:25.000

A primeira análise do projeto remete a uma expectativa muito positiva, tendo em vista os padrões das intervenções que, normalmente, são praticadas nas áreas periféricas da cidade, os escassos recursos disponíveis para estas subprefeituras, somados aos imprevistos dos projetos, têm-se aqui um marco que é mérito também de outros tantos parques lineares distribuídos pela cidade.



Imagem 3 – Croquis sem escala. Planta de distribuição dos equipamentos do parque.

Fonte: Escritório Luiz Cutait Arquitetura e Urbanismo Ltda.

Disponibilizado pela Subprefeitura de Itaquera. Junho de 2010.

A riqueza de detalhes construtivos, as estruturas permanentes, os espaços esportivos e o paisagismo podem repercutir em novas dinâmicas de interações locais. As múltiplas opções educacionais passíveis de ocorrer, em virtude dos componentes de material biológico, com atividades lúdicas e de manuseio de terra, plantas em jardins e hortas. Enfim, parece contradizer os modelos de projetos

praticados nas periferias mais vulneráveis da cidade, em se tratando de projetos públicos municipais.

Entretanto, os problemas advindos do desrespeito aos prazos e a qualidade dos serviços e materiais dão o tom da média das ações desenvolvidas tradicionalmente na região. É sabido que os ritmos lentos de obras de infraestrutura, de grande repercussão na paisagem tendem a ter seu valor mitigado junto à comunidade afetada em função de tempo longo de evolução e sem continuidade. Os depoimentos da população expressam exatamente esse estado de coisas. Há uma tendência a desprestigiar a importância do parque pela incapacidade de compreender, de perceber seu incremento na paisagem, suas transformações nas vidas das pessoas positivamente.



Fotografia 5 – Obras do Parque Linear Rio Verde

A arborização é de iniciativa da população residente. Espécies aleatórias e distribuição do plantio fogem dos padrões estabelecidos no projeto.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (Agosto/2010)



Fotografia 6 – Obras do Parque Linear Rio Verde.

A descontinuidade das atividades somando-se aos serviços desqualificados, tornam o parque um depósito de improvisos.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (Agosto/2010)

O projeto tenta combinar um conjunto de propostas cujo partido alinha a recuperação da área à cidade, as pessoas, ao ambiente, ao mesmo tempo em que propõe amenizar os efeitos drásticos dos eventos de chuvas. A perspectiva da implantação de espécies de mata ciliar e a manutenção parcial das margens, sem a instalação contínua do gabião⁸ proporcionam apoio de caráter educacional e permite outras experiências perceptivas de efeito educacional. No entanto, garantir água de qualidade boa no córrego ainda será um desafio de longa data. Não há prazos para erradicar os esgotos ligados clandestinos, lançados in natura diretamente no córrego desde as dependências do Parque do Carmo.

⁸ É uma estrutura de tela de aço galvanizado, normalmente no formato de um paralelepípedo, que é preenchida com pedras. Estas gaiolas são empilhadas com travamento, sendo amarradas entre si, formando obras de proteção como muros de arrimo, proteção de margens de rio etc. Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/Gabi%C3%A3o>>

O mesmo processo de ocupação problemático das margens do córrego Rio Verde ainda promovem grandes efeitos contra as margens, no trecho de leito confinado pela Favela da Paz. Os moradores contabilizam muitos prejuízos a cada período de verão. A torrencialidade condena ou remove casas e atinge as obras hidráulicas arbitradas pelos arquitetos e urbanistas, reforçando as linhas de desafios do programa.



Fotografia 7 – Erosão das margens do córrego Rio Verde.

Efeito de erosão das margens, na tangente da curva, decorrente do período de chuvas de verão. Os desafios de estabilizar as margens para assegurar o sucesso de paisagismo ousado.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (Agosto/2010)



Fotografia 8 – Perfil da favela.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (Dezembro/2009)



Fotografia 9 – Perfil da ocupação das margens, o processo de erosão consome os barracos em suas bordas.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (Agosto/2010)

Outro problema que acarreta conseqüências muito graves é a indefinição das dimensões do parque. A população do entorno, direta e indiretamente envolvida não tem domínio seguro de informação relativo a área precisa da mancha do parque. Ainda resta uma grande área constituída de residências e prédio comercial, cuja população não foi notificada. No trecho da Favela da Paz, o mesmo problema se repete.

3.4 As transformações do Parque Linear Rio Verde

Em destaque, na imagem 4 estão as posições das fotos 10 e 11, dando ênfase ao estado geral da obra no período de junho de 2007.



Parque Linear Rio Verde



Orientação das fotos



Orientação das fotos



Imagem 4 – Imagem de Satélite com destaque no Parque Linear Rio Verde.

Fonte: Imagem de satélite disponível no programa [on line] Google, 2010.

Organização: Daniela Miranda Guimarães (2010)



Fotografia 10 – Início das obras do Parque Linear Rio Verde.

Etapa de preparação de superfícies, após as desapropriações à margem esquerda do córrego, entrada pela rua Castelo do Piauí (junho de 2007).

Fonte: Subprefeitura de Itaquera.



Fotografia 11 – Situação atual das obras, entrada pela rua Castelo do Piauí em agosto de 2010.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães



Fotografia 12 – Início das obras. Etapa de preparação de superfícies, à margem direita do córrego, junto à rua Tomazo Ferrara (junho de 2007).

Fonte: Subprefeitura de Itaquera.



Fotografia 13 – Situação atual à margem esquerda do córrego. Acréscimo de calçamento, iluminação, taludes com gramado, pista de terra batida e grelhas sobre as valas da coleta pluvial.

Fonte: Daniela Miranda Guimarães



Fotografia 14 – Início das obras do parque do Rio Verde (2007)

Fonte: Subprefeitura de Itaquera



Fotografia 15 - Estágio atual da obra do Parque Linear Rio Verde (agosto de 2010)

Fonte: Daniela Miranda Guimarães (2010)

Não fosse pelo conjunto de sobrados à venda, nos últimos dois anos, poucas transformações ocorreram. Esperava-se uma maior repercussão nos quadros de ocupação do entorno, tendo em vista a valorização dos imóveis e a amenização dos problemas das enchentes de verão mas ainda é cedo para essas considerações, em função do atraso de 02 anos na entrega das obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos parques lineares na cidade de São Paulo compreende uma nova era de intervenções e de transformações na estrutura urbana da cidade de São Paulo.

Os parques lineares, alinhados ou não com o programa de multiplicação de parques (100 parques) já respondem por uma gama de intervenções muito grande na cidade. Ao focar nos fundos de vales, com implantações não só de caráter de engenharia hidráulica mas de novas apropriações e novos usos.

Com particular orientação no sentido oriental da cidade, os parques se multiplicam na Zona Leste, onde é evidente que a expansão da cidade chegou aos seus limites horizontais, com as habitações precárias nas linhas municipais de São Paulo com Ferraz de Vasconcelos, Poá e Itaquaquetuba.

O processo de urbanização desencadeado pela especulação imobiliária valorizou desigualmente partes da cidade e, neste sentido a concentração de investimentos na região central deu início a um sistemático processo de expulsão dos habitantes sem renda para arcar com os altos aluguéis ou preços de compra da casa própria. Assim, a cidade passou a sofrer acelerado e intenso processo de fragmentação e segregação espacial.

Os bairros que se expandiram pela periferia foram marcados por moradias de autoconstrução, cortiços, favelas e ocupação em áreas de risco no fundo dos vales.

Neste contexto, a construção de habitações populares concentrou crianças, jovens e adultos em áreas sem emprego, lazer, educação e saúde que se tornaram conhecidas como “bairros dormitórios”.

A especulação amparou-se na fraca presença do Estado nessas áreas e com as reivindicações e anseios expressos de diferentes formas pela população, o Estado foi obrigado a realizar intervenções nas áreas de fragilidade ambiental e de vulnerabilidade social. É neste contexto que os parques lineares podem e devem ser incorporados para que não se ignore a direta relação entre os erros do passado e pretensas soluções do presente.

É interessante acompanhar o estudo de parque linear dada a sua relevância de intervenção no espaço, principalmente no que se refere às transformações nas margens dos rios, pois os objetivos são claros no Plano Diretor, que estabelece a prioridade em recuperação dos fundos de vale para uma progressiva melhoria da qualidade ambiental proporcionando ampliação das áreas verdes.

No entanto, a evidência prova que a devolução do rio a cidade é uma tarefa complexa e desafiadora. A tensão no projeto, de consagrar o combate às situações precárias de moradia e seus riscos, se valem da transferência das famílias mas com uma nova perspectiva de uso, de propriedade e de paisagem. Porém, as experiências mostram que sem a atribuição de alguma função aparente para o espaço desvela-se uma nova janela de oportunidades para o regresso das apropriações irregulares.

Para avaliarmos outros aspectos do problema, a intervenção num sistema fluvial demanda a uma série de setores agindo conjuntamente. No que tange ao quadro sanitário, as companhias de saneamento têm que estar comprometidas com a questão, pois os rios continuam contaminados e poluídos e recebendo esgoto *in natura* de uma significativa parte da população local, apesar da implantação dos parques lineares.

Os projetos arquitetônicos e paisagísticos dos parques lineares parecem ser as primeiras grandes iniciativas valorizadoras do trabalho do arquiteto urbanista. Submetem os espaços antes favelizados a um padrão de transformação e em dimensão nunca antes vista na gestão de espaços públicos da cidade. No entanto, os esforços de expandir áreas permeáveis e devolver matas ciliares podem significar desde grandes estratégias e criatividade até meras e casuais maquiagens ou simulacros de áreas verdes. Outras tantas vezes, os índices de impermeabilização dos solos acabam sendo ainda maiores que os anteriores, uma vez que muitas das favelas usam trapiches e modelos de colunas rudimentares. Assim, os preceitos ecológicos e ambientais podem ser demolidos com facilidade da concepção dos parques.

O parque linear padece por não ter clara leitura do significado da várzea e o significado que se quer dar. Os regimes e as concepções dos projetos não absorvem as teses de restauração e/ou recuperação com acuidade necessária. A

substituição das moradias precárias apresentam uma proposta, que não é necessariamente o da criação da área livre, há uma relatividade na linguagem e na comunicação do ambiente, submete os espaço a uma nova perspectiva, qual seria a do lazer, da educação, das práticas esportivas e recreacionais, que cumprem o papel de ressignificar as impressões sobre o lugar.

A substituição das casas transmite a idéia de aumento da fluidez no sistema de drenagem e permeabilização do solo, porém o rio perdeu sua estrutura natural, continua poluído e não há investimentos na restauração das margens. Verificamos durante os trabalhos de campo que o material utilizado para construção do parque nem sempre é o mais apropriado, causando a impermeabilização do solo em muitas áreas.

A existência de moradia precária, irregular, auto construída no local é demonstra a inquestionável necessidade de políticas publicas eficazes que encontrem um caminho social e ambiental pertinentes.

O conflito entre a legislação urbanística e ambiental não é realista frente às condições apresentadas em assentamentos informais e precários. A irregularidade produz a exclusão e a falta de direitos defendida no Estatuto da Cidade: direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações.

Sem dúvida devem ser definidos critérios e propostas alternativas para os problemas encontrados.

É importante salientar que os moradores do entorno do Parque Linear Rio Verde nunca participaram de um programa de educação ambiental ou conscientização contínuos, avaliando sensibilização e análises críticas quanto às características do seu local de moradia e suas expectativas em relação às mudanças impostas e os cuidados novos se imporão.

O projeto do Parque Linear ainda não apresenta características ambientalmente corretas como: permeabilidade do solo, recuperação da vegetação, controle da erosão do solo, controle da produção e correta destinação dos dejetos urbanos sólidos e líquidos.

Numa primeira avaliação considera-se que o projeto ainda apresenta falta de critérios de planejamento no que se refere à prática dos novos princípios ambientais e sustentáveis. Porém, é interessante acompanhar a completa implantação do parque para verificar se realmente os objetivos do programa serão atendidos. Além disso, como prioridade deve-se garantir habitações de interesse social, para a população da Favela da Paz que pode eventualmente ser removida.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, Aziz Nacib. **São Paulo: Ensaio Entreveros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AVERSAN, Debora Regina. **Em busca de um lugar na metrópole: Cotidiano e Vivências na Cidade** A. E. Carvalho. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

AZEVEDO, Aroldo. **Subúrbios Orientais de São Paulo**. Tese de concurso, FFLCH-USP. São Paulo, 1945.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre o Código Florestal Federal. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 15/01/2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Estatuto da Cidade. Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01/10/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Resolução nº 303**, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 15/01/2010.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 15/01/2010.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369**, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 15/01/2010.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1993.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão de áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FURLAN, Sueli Ângelo. Paisagens Sustentáveis: São Paulo e sua cobertura Vegetal. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs) **Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

GALENDER, Fany Cutcher. **A idéia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina**. Paisagens em Debate. São Paulo: FAU/USP, nov. 2005.

GARABINI, Elvio Araújo. **Parques Urbanos Aqui, Ali, Acolá**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GIORDANO, Lucilia do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais**. Rio Claro, 2004. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

KLIASS, Rosa Grená. **Os parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini:1993.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. **Itaquera**. Série História dos Bairros de São Paulo. v. 24. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

LITTLE, Charles E. **Greenways of América**. The John Hopkins University Press. Baltimore, 1990.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Disponível em:
<<http://www.socioambiental.org/>>

MARICATO, Ermínia. **O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade sistemática**. In: GONÇALVES, M. F. O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.) **Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Relatório 2** – Instrumentos legais necessários à implantação de Parques Lineares. São Paulo, 2006, 19 p.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: **Atlas Ambiental do Município de São Paulo**. Disponível em: <<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/>>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Histórico demográfico do município da cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 25/02/2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: **Habisp: Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/>>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Município em Mapas**. Disponível em : <<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm4/index.php?texto=apresentacao>>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Parque Linear Rio Verde**. 2007. 10 slides, color.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Urbanização de Favelas: A experiência de São Paulo**. São Paulo, Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, Danilo Gomes do. NUCCI, João Carlos. (Orgs.) **Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. 196 p.

SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo** – Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002.

SÃO PAULO. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Itaquera**. Anexo à lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004

SCALISE, Walnyce. **Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso**. Assentamentos Humanos, Marília, v.4, nº1, p. 17-24, 2002.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. (Org.) **Geografia do Brasil**. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SCIFONI, Simone. **O verde do ABC: Reflexões sobre a questão ambiental urbana**. 1994. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

WHATELY, Marussia (organizadora – [et al.]). **Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para Gestão**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER, Aziz Nacib. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: USP-FFCL, 1958.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs). **Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2005.

GEO: Cidade de São Paulo: **panorama do meio ambiente urbano** / SVMA, IPT. – São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Brasília: PNUMA, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Censo demográfico. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARCONDES, Maria José A. **Cidade e Natureza - Proteção dos Mananciais e Exclusão Social**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEABRA, Odette Carvvalho de L. **Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. **Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo**: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

SEMPLA, Secretaria Municipal de Planejamento. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>

SPÓSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

Documentos e Imagens:

Lei Municipal nº 13.872, de 12/07/2004. Aprova a operação urbana consorciada Rio Verde-Jacú.

ANEXOS

Anexo XXVII - Livro XXVII
Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Itaquera

Sumário

Título I – Das Políticas Públicas Regionais

Título II – Do Plano Urbanístico-Ambiental

Capítulo I – Dos Elementos Estruturadores

Seção I – Rede Estrutural Hídrica Ambiental

Seção II – Rede Viária Estrutural e Coletora

Seção III – Rede Estrutural de Transporte Público

Seção IV – Rede Estrutural de Eixos e Pólos de Centralidade

Capítulo II – Dos Elementos Integradores

Título III – Do Uso e Ocupação do Solo

Capítulo I – Das Macrozonas

Seção I – Macrozona de Proteção Ambiental

Seção II – Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana

Capítulo II – Do Zoneamento

Seção I – Das Zonas Predominantemente Industriais - ZPI

Seção II – Das Zonas Mistas – ZM

Seção III – Das Zonas Centralidades - ZC

Seção IV – Das Zonas Especiais

Subseção I – Das Zonas Especiais de Produção Agrícola e de Extração Mineral - ZEPAG

Subseção II – Das Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPAM

Subseção III – Das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

Capítulo III – Dos Instrumentos de Gestão Urbana Ambiental

Seção I – Dos Instrumentos Urbanísticos

Seção II – Do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios

Seção III – Do Direito de Preempção

Seção IV – Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Seção V – Da Transferência do Direito de Construir

Seção VI – Das Áreas de Intervenção Urbana

Seção VII – Das Operações Urbanas Consorciadas

Seção VIII – Dos Instrumentos de Gestão Ambiental

Título IV – Das Disposições Gerais

Título I - Das Políticas Públicas Regionais

Art. 1º. Este Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Itaquera estabelece os objetivos e diretrizes de desenvolvimento urbano e ambiental visando à acessibilidade e estruturação do território, ao saneamento ambiental, à qualificação paisagística, às políticas habitacionais e à complementação da rede institucional, por meio de prioridades e ações contidas nas diretrizes das Áreas de Intervenção Urbana e na parte III desta Lei, na seguinte conformidade:

I. objetivos:

- a) aplicar o Plano Diretor Estratégico e os instrumentos do Estatuto da Cidade;
- b) prover acessos interbairros, inter-regional e intermunicipal, com prioridade ao transporte coletivo;
- c) readequar a rede de drenagem e preservar o patrimônio ambiental;
- d) reestruturar a rede hídrica, tomando-a elemento estruturador do território;
- e) reorientar e regulamentar os instrumentos relativos à habitação, no sentido de maior adensamento e maior qualidade urbanístico-ambiental das práticas correntes do Plano de Habitação, no que diz respeito às Habitações de Interesse Social e do Mercado Popular;
- f) promover a regularização fundiária e projeto de reforma, quando couber, por meio de políticas habitacionais, com a participação de organizações civis sem fins lucrativos;
- g) promover a regularização de uso das atividades de indústria, comércios e serviços, conforme estabelecido na parte III desta Lei;
- h) descentralizar os serviços públicos das Secretarias, quando couber, centralizando-os na Subprefeitura, com vistas a simplificar os processos burocráticos.

II. diretrizes:

- a) maximizar o uso do patrimônio social existente e complementar as redes públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, para adequar a oferta dos produtos institucionais ao âmbito espacial e à demanda.

Art. 2º. São objetivos e diretrizes para o desenvolvimento econômico da Subprefeitura Itaquera:

I. objetivos:

- a) investir na autonomia das pessoas visando a geração de emprego e renda;
- b) garantir a infraestrutura físico-territorial e as condições de qualidade de vida aos trabalhadores;
- c) promover programas intensivos e acessíveis de requalificação profissional;
- d) reestruturar os distritos industriais de Itaquera e implantar a Operação Urbana Jacu-Pêssego, como instrumentos do desenvolvimento da região;
- e) incentivar a implantação de indústrias e comércio para o aumento de empregos na região.

II. diretrizes:

- a) implantar projeto de desenvolvimento econômico para o extremo leste como um todo, baseado em um conjunto de cadeias produtivas, conforme definido na Parte II desta Lei e por leis específicas;
- b) elaborar políticas públicas diferenciadas para a região, por meio da constituição de grupo inter-regional do extremo leste, integrado por órgãos e entidades, tais como as Secretarias Municipais de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e de Planejamento Urbano, Fundação SEADE, Comunidade Solidária, o SEBRAE e BNDES, agregando as organizações do terceiro setor voltadas à economia solidária, ouvindo empresários,

universidades e consultorias especializadas em promoção de desenvolvimento regional;
c) incentivar a formação de cooperativas no extremo leste;
d) criar comissão de estudos para mapear as propriedades da região e propor regulamentação em relação aos aspectos tributários.

Art. 3º. São objetivos e diretrizes para o desenvolvimento humano e qualidade de vida:

I. objetivos:

- a) suprir o déficit da infra-estrutura urbana;
- b) suprir o déficit da rede institucional de serviços necessários à população;
- c) exercer o papel de indutor de desenvolvimento econômico, fomentando novos negócios para a geração de emprego e renda e dinamizando os setores já instalados;
- d) otimizar o uso dos equipamentos públicos, por meio da utilização de espaços e períodos ociosos das escolas, casas de cultura e centros desportivos municipais;
- e) promover gestões junto ao órgão competente municipal para a cessão, às organizações do terceiro setor, a título precário e não oneroso, das áreas municipais livres, visando à sua manutenção e fiscalização, até a implementação da política para os bens públicos.

II .diretrizes:

- a) garantir a todos os cidadãos o acesso aos direitos básicos de habitação, educação, saúde, emprego, cultura e lazer;
- b) garantir acesso universal dos cidadãos aos equipamentos públicos e ao transporte coletivo público;
- c) melhorar a qualidade urbana e ambiental.

Título II Do Plano Urbanístico Ambiental

Art. 4º. Este Plano Regional Estratégico, observando o disposto no Capítulo I do Título III da Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 – PDE, estabelece as diretrizes para os elementos estruturadores e integradores como parte do processo de urbanização da Subprefeitura.

Capítulo I – Dos Elementos Estruturadores

Seção I – Rede Estrutural Hídrica Ambiental

Art. 5º. A Rede Estrutural Hídrica Ambiental de Itaquera está localizada na Bacia do Rio Tietê e é constituída pela sub-bacia do Córrego Jacu, formada pelos afluentes principais Córrego do Limoeiro, Jacu-Pera e Rio Verde, conforme consta do Mapa 01, integrante deste PRE.

Art. 6º. Para os parques lineares e os caminhos verdes da Subprefeitura Itaquera ficam estabelecidos os seguintes objetivos, diretrizes e ações estratégicas:

I. objetivos:

- a) integrar as áreas de conservação aos espaços públicos;
- b) garantir a recuperação ambiental e paisagística;
- c) preservar os recursos hídricos da região, especialmente as nascentes, e ampliar as áreas verdes e de lazer;
- d) aumentar a permeabilidade;
- e) melhorar o sistema de drenagem urbana;
- f) melhorar as condições ambientais;
- g) urbanizar as áreas sem infra-estrutura;

II. diretrizes:

- a) implantar parque linear e ampliar as áreas verdes e áreas permeáveis;
- b) implantar ciclovia e vias de circulação de pedestres;
- c) implantar equipamentos públicos para atendimento da população moradora de áreas do entorno a serem requalificadas;
- d) implantar sistema de retenção de água.

III. ações estratégicas:

- a) realizar gestões junto à companhia estadual de saneamento básico, visando à instalação de rede de esgotos, coletores troncos e tratamentos adequados em toda a bacia;
- b) adequar e melhorar o sistema de drenagem pluvial em vários pontos de lançamento, o desassoreamento e o alargamento da calha;
- c) implantar parque linear e urbanização com tratamento paisagístico;
- d) elaborar programa de arborização;
- e) desocupar as áreas de risco.

Parágrafo único - Será objeto de projeto específico a implantação das diretrizes estabelecidas no inciso II deste artigo.

Art 7º. Fica alterado o Quadro Nº 04 do PDE nas seguintes disposições:

- I – mantém-se a implantação de Parque Linear ao longo do Rio Verde;
- II – revoga-se o Parque Linear ao longo do Córrego Jacu;
- III- amplia-se o perímetro do Parque do Carmo;

§ 1º. - A área ampliada e integrada ao Parque do Carmo fica definida como Parque Natural, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000), devendo ser elaborado plano de manejo, regulamentado pelo órgão ambiental competente.

§ 2º. - A Rede Estrutural Hídrica Ambiental fica definida pelo Quadro 01 deste Livro.

Art. 8º. Ficam mantidos, para 2006, os caminhos verdes definidos no Quadro Nº 06 do PDE, e estabelecidos quatro caminhos verdes, a saber:

- I. no percurso do Córrego Jacupeval / Rua Catitu – 2012;
- II. José Bonifácio – 2012;
- III. Parque do Carmo, entre as Ruas Eloi Porteli e Arcádia Paulistana, desde a Av. Luísa Americano até a Av. Afonso de Sampaio e Souza – 2012;
- IV. extensão da Tiquatira -Radial – 2006.

Art 9º. Os perímetros dos parques lineares e dos caminhos verdes são os constantes do Quadro 01 e do Mapa 01, integrantes deste PRE.

Seção II – Rede Viária Estrutural e Coletora

Art.10. As vias estruturais da Subprefeitura Itaquera foram estabelecidas no Quadro Nº 03 do PDE, cabendo a este Plano Regional Estratégico, o aditamento do quadro citado e a indicação de melhoramentos que complementam a Rede Viária Estrutural.

Art.11. Ficam excluídas, da relação de vias estruturais estabelecidas no Quadro Nº 03 do PDE, as seguintes vias:

- I. Rua Professor Osvaldo de Oliveira;
- II. Avenida Campanella;
- III. Rua Professor João Batista Conti.

Art.12. Ficam estabelecidos, por este Plano Regional Estratégico, os melhoramentos da

rede viária estrutural definidos no Quadro 02 e no Mapa 02 deste PRE, os quais, após as respectivas execuções, passarão a integrar o Quadro N° 03 do PDE.

Parágrafo único. Os melhoramentos mencionados no “caput” deste artigo foram definidos com o objetivo de estruturar o sistema viário da Subprefeitura Itaquera, como suporte para as intervenções regionais, qualificando as vias existentes e estabelecendo as ligações entre as diversas direções e as condições para tráfego de veículos de transporte coletivo.

Art.13. Caberá ao Executivo Municipal, no prazo de 12 (doze) meses, elaborar o estudo de viabilidade de implantação de vias marginais, em toda a extensão da Av. Jacu-Pêssego, dos dois lados, com dois sentidos de circulação separados por ilha central.

Art.14. Fica considerada “non aedificandi” a faixa lindeira de 5,0 m (cinco metros), no mínimo, de cada lado das vias assinaladas no Mapa 02 integrante deste PRE até atingir a largura das vias estabelecidas no Quadro 01 da Parte III desta Lei.

§ 1º. Os proprietários de imóveis que doarem a área de terreno contida na faixa, de que trata o caput deste artigo, para a Prefeitura, ficam isentos do pagamento do Potencial Construtivo Adicional até o Coeficiente de Aproveitamento máximo da área doada estabelecido para as vias estruturais, podendo, inclusive, transferir o potencial construtivo da área doada para o melhoramento viário, para o mesmo lote ou para outro imóvel, conforme artigo 218 do PDE e disposições da Parte I desta Lei, situado em qualquer uma das centralidades definidas por este Plano Regional Estratégico.

§ 2º. Os proprietários de imóveis que resultarem com área do lote inferior ao lote mínimo, estabelecido para a Zona de Uso em que se encontram, poderão solicitar a desapropriação total do lote original à Prefeitura.

§ 3º. Para os proprietários de imóveis contidos na faixa de que trata o caput deste artigo, que tiveram a edificação regularizada ou anistiada, fica assegurado o direito adicional de construir até o coeficiente máximo permitido na zona de uso em que se encontram, de forma gratuita, no próprio lote remanescente ou em outro lote conforme disposições da Seção V do Capítulo III do Título III do PDE e das disposições da Parte I desta Lei.

Art.15. Fica definida por este Plano Regional Estratégico a implantação do Terminal de Cargas Logístico, junto à Av. Jacu-Pêssego.

Parágrafo único. O Terminal de Cargas Logístico deverá ser objeto de projeto específico, atendendo às demandas da ZPI e aquelas decorrentes do fluxo de transporte de cargas pela Av. Jacu-Pêssego

Seção III – Rede Estrutural de Transporte Público

Art.16. A Rede Estrutural de Transporte Público contida no território da Subprefeitura incorpora os Terminais Intermodais junto à estação do Metrô Itaquera e à estação CPTM José Bonifácio, com vistas a:

- a) integração dos sistemas de transportes existentes — metrô, ferrovia e ônibus — com os equipamentos públicos culturais e de lazer e atividades correlatas;
- b) disponibilidade de áreas públicas;
- c) desafogamento do centro de Itaquera, criando vetor de centralidade e estendendo o centro atual.

Art. 17. Ficam definidas, no Quadro 03 deste Livro, as estações de transferência nos cruzamentos das avenidas que atenderão ao Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Passageiros.

Art.18. A Rede Estrutural de Transporte Público consta do Quadro 03 e do Mapa 03, integrantes deste livro.

Seção IV – Rede Estrutural de Eixos e Pólos de Centralidade

Art. 19. Fica relocada a centralidade constante do Quadro nº 8 e Mapa nº 4, anexos ao PDE, para a área do terminal do Metrô - Estação Corinthians-Itaquera.

Art. 20. Ficam definidas neste Plano Regional Estratégico as seguintes centralidades :

- I. linear, a dinamizar, Jacu–Pêssego;
- II. polar, a dinamizar, da continuação da Tiquatira-Radial Leste;
- III. linear, a implantar, com a abertura da Nova Radial e relocação do Terminal Itaquera;
- IV. polar, a implantar, do Terminal Intermodal José Bonifácio;
- V. centralidades locais polares em torno das estações de transferências.

Art 21. São diretrizes para a implantação das centralidades:

- I. realização de obras no sistema viário para melhorar o acesso aos equipamentos sociais;
- II. recuperação urbanística dos centros de bairros e a regularização edilícia do patrimônio instalado e degradado;
- III. criação de Bolsões de Ambulantes nas centralidades propostas.

Art 22. Os perímetros e áreas das centralidades da Subprefeitura Itaquera constam do Quadro 04A e do Mapa 04, integrantes deste PRE.

Capítulo II – Dos Elementos Integradores

Art. 23. As propostas referentes aos elementos integradores habitação, equipamentos sociais, áreas verdes e espaços públicos, devem ser incorporados ao Plano de Ação do Governo.

Art. 24. A Subprefeitura e a comunidade local deverão estabelecer, no Plano de Gestão Ambiental e nos Planos de Bairros, as ações a serem implementadas para os diferentes tipos de espaços de uso público, considerando as diretrizes contidas neste Plano Regional Estratégico.

Parágrafo único. Os espaços de uso público incluem as áreas públicas, as áreas verdes públicas e as áreas abertas para uso público.

Título III - Do Uso e Ocupação do Solo

Capítulo I – Das Macrozonas

Art. 25. Segundo o artigo 147 do PDE, a Subprefeitura Itaquera encontra-se contida na Macrozona de Proteção Ambiental e na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana.

Seção I – Macrozona de Proteção Ambiental

Art.26. O território da Subprefeitura Itaquera está inserido parcialmente na Macrozona de Proteção Ambiental definida nos artigos 150, 152 e 153 do PDE, com a alteração de perímetro constante do Mapa 04 integrante deste PRE, subdividida em:

- I. Macroárea de Uso Sustentável – englobando parcialmente a Área de Proteção Ambiental do Carmo;
- II. Macroárea de Conservação e Recuperação - englobando parcialmente o Distrito de José Bonifácio.

Art.27. A Macroárea de Uso Sustentável fica subdividida em:

- I. Zona ZMp - 01, destinada à instalação de instituições de ensino e centros tecnológicos, com comércio e serviços de apoio a estes usos, conforme Quadro 04C deste Livro;
- II. Zona ZMp – 02;
- III. Zona ZMp – 03;
- IV. Parque do Carmo;
- V. ZEP - 01 – Zona Especial de Preservação, integra o Parque Natural mencionado no parágrafo único do artigo 7º;
- VI – ZLT - área do Centro Campestre, Cultural e Esportivo do SESC.

Parágrafo 1º – A área citada no inciso VI deste artigo fica enquadrada como EI-9 e enquanto permanecer as atividades de EI-9 deverá atender as disposições do artigo 139 do PDE.

Art.28. A Macroárea de Conservação e Recuperação fica constituída pela ZEPAG definida no artigo 36 deste PRE e pela Zona Mista de Proteção – ZMp – 04, ZMp – 05 e ZMp – 06.

Seção II – Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana

Art.29. O território da Subprefeitura Itaquera está inserido parcialmente na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana definida nos artigos 154, 155 e 158 do PDE, com a alteração de perímetro constante do Mapa 04, integrante deste livro, subdividida em:

- I. Macroárea de Reestruturação e Requalificação Urbana englobando os distritos de Itaquera e Parque do Carmo;
- II. Macroárea de Urbanização e Qualificação englobando o distrito de Cidade Líder e parcialmente os distritos de Itaquera e José Bonifácio.

Capítulo II – Das Zonas de Uso

Art. 30. As características de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes das Zonas de Uso, contidas nesta Subprefeitura são as estabelecidas no Quadro 04 com perímetros descritos no Quadro 04 A e Mapa 04 integrantes deste Livro.

Seção I – Da Zona Predominantemente Industrial - ZPI

Art. 31. A Zona Predominantemente Industrial – ZPI localizada na Subprefeitura Itaquera, estabelecida nos artigos 162 e 163 do PDE e com perímetro constante do Mapa 06 do PDE, tem sua descrição alterada nos termos do Quadro 04A e Mapa 04, integrantes deste PRE.

Parágrafo único – A área referida no caput deste artigo e inserida na APA do Carmo deverá atender as disposições que forem mais restritivas dentre aquelas estabelecidas nas legislações federal, estadual e municipal.

Seção II– Das Zonas Mistas – ZM

Art. 32. São Zonas Mistas – ZM aquelas constituídas pelo restante do território de Itaquera excluídas a Zona Predominantemente Industrial - ZPI, as Zonas Centralidades e Macrozona de Proteção Ambiental.

Art. 33. No território desta Subprefeitura estão contidos os seguintes tipos de zonas mistas, de acordo com a diversidade de uso e intensidade de aproveitamento do solo, apoiadas no sistema viário segundo hierarquias e funções, considerando a topografia e o perfil natural, a saber:

- I. ZM -1 – Zona Mista 1, onde se pretende incentivar o uso misto, residencial, comércio e

serviços de pequeno porte, estabelecendo gabaritos de altura das edificações;
II. ZM -2 — Zona Mista 2, onde se pretende incentivar o uso misto, residencial, comércio e serviços nas vias estruturais, estabelecendo gabaritos de altura das edificações.

Parágrafo único. As características de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes das Zonas Mistas – ZM são as constantes do Quadro 04, com perímetros descritos no Quadro 04 A e demarcados no Mapa 04, integrantes deste PRE.

Seção III – Das Zonas Centralidades – ZC

Art. 34. No território desta Subprefeitura estão contidos os seguintes tipos de zonas centralidades Polares – ZCP, descritas no Quadro 04A, com os seguintes parâmetros urbanísticos:

- I. ZCPa - com coeficiente de aproveitamento máximo igual 2,5;
- II. ZCPa – com coeficiente de aproveitamento máximo igual 2,0.

Seção IV – Das Zonas Especiais

Art. 35. As Zonas Especiais contidas na Subprefeitura Itaquera são aquelas que ocupam porções do território com diferentes características ou com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo e edificações, situadas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e na Macrozona de Proteção Ambiental, compreendendo:

- I. Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral – ZEPAG;
- II. Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

Subseção I – Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral - ZEPAG

Art. 36. As Zonas Especiais de Produção Agrícola e de Extração Mineral – ZEPAG são aquelas destinadas a manter e promover atividades agrícolas e de extração mineral, definidas nos artigos 169 e 170 do PDE.

Art. 37. Fica ampliado o perímetro da ZEPAG estabelecido no PDE nos termos do Quadro 04B e do Mapa 04, integrantes deste PRE.

Art. 38. As diretrizes para a ZEPAG estão estabelecidas no artigo 170 do PDE e na Parte III desta Lei.

Art. 39. Ficam excluídos os perímetros de ZEPAG contidos na ZPI definida no PDE.

Parágrafo único. Os lotes inseridos no perímetro da ZPI destinados comprovadamente a atividades agrícolas poderão ser classificados como ZEPAG, nos termos estabelecidos na parte III desta lei.

Subseção II - Zona Especial de Proteção de Ambiental – ZEPAM

Art. 40. As Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPAM são porções do território destinadas a proteger ocorrências ambientais isoladas, tais como remanescentes de vegetação significativa e paisagens naturais notáveis, áreas de reflorestamento e áreas de alto risco onde qualquer intervenção será analisada especificamente.

Art. 41. Ficam extintos os perímetros de ZEPAM localizados na Subprefeitura Itaquera e delimitados no Mapa 01 integrante do PDE.

Subseção III – Das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

Art. 42. Este Plano Regional Estratégico, à vista do disposto no artigo 171 do PDE e em

função das necessidades de cada distrito da Subprefeitura Itaquera, demarca dois tipos de Zonas Especiais de Interesse Social: ZEIS – 1 e ZEIS – 2, para as quais são estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I. executar obras de saneamento básico e de infra-estrutura urbana em áreas críticas;
- II. promover a organização e a mobilização da comunidade visando à gestão dos planos de urbanização;
- III. adequar os conjuntos habitacionais existentes de forma a integrá-los com o entorno e, quando houver, às medidas mitigadoras apontadas por EIA-RIMA e EIV-RIV.

Parágrafo único. Os perímetros das ZEIS 1 e ZEIS 2 são os constantes do Quadro 04B e do Mapa 04, integrantes deste PRE.

Art. 43. Ficam acrescentados àqueles estabelecidos no PDE outros perímetros de ZEIS 2, nos termos do Quadro 04 B e do Mapa 04, integrantes deste PRE.

Capítulo III – Dos Instrumentos de Gestão Urbana Ambiental

Seção I – Dos Instrumentos Urbanísticos

Art. 44. Este Plano Regional Estratégico, para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano ambiental do território da Subprefeitura, prevê o uso dos instrumentos urbanísticos estabelecidos pelo artigo 198 do PDE e daqueles constantes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade, observadas as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, quando for o caso.

Art. 45. São aplicáveis na Subprefeitura Itaquera os seguintes instrumentos:

- I. parcelamento, edificação e utilização compulsórios;
- II. direito de preempção;
- III. outorga onerosa do direito de construir;
- IV. transferência do direito de construir.

Seção II. Do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios

Art. 46. Aplica-se o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, conforme o artigo 201 do PDE, aos terrenos não edificados ou subutilizados, cujos coeficientes de aproveitamento sejam inferiores ao mínimo estabelecido para a zona de uso em que está localizado, inclusive aqueles ocupados por edificações e atividades irregulares.

Parágrafo único - O mapeamento dos imóveis de que trata o “caput” deste artigo deve resultar de estudos e de Planos de Bairro a partir de objetivos urbanísticos.

Seção III. Do Direito de Preempção

Art. 47. Aplica-se o Direito de Preempção:

- I. nas áreas destinadas a equipamentos públicos nos centros de bairros;
- II. nas ZEIS 2, indicadas no Mapa 04 e com descrição constante do Quadro 04C integrantes deste PRE;
- III. nas áreas constantes do mapa 06 e do quadro 06 integrantes deste Livro.

Parágrafo único. Os imóveis de que trata este artigo serão demarcados por lei como resultado de estudos e Planos de Bairro respeitando finalidades específicas.

Seção IV. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 48. Aplica-se a Outorga Onerosa do Direito de Construir às:

- I. Zonas Mistas, Zonas Centralidades e Zonas Predominantemente Industriais com coeficiente de aproveitamento maior do que o básico estabelecido para cada zona de uso;
- II. áreas a regularizar na Área de Intervenção Urbana do Parque Linear do Rio Verde;
- III. áreas contidas na Operação Urbana Consorciada Rio Verde - Jacu;
- IV. áreas destinadas à implantação do Parque Linear do Rio Verde;
- V. extensão do Tiquatira Radial Leste;
- VI. nova centralidade - abertura da Nova Radial;
- VII. Áreas de Intervenção Urbana.

§ 1º. Aos imóveis lindeiros às vias estruturais e coletoras contidas nas zonas de uso referidas no caput aplicam-se as disposições do artigo 14 deste PRE.

Seção V. Da Transferência do Direito de Construir

Art. 49. Aplica-se a Transferência do Direito de Construir, conforme as disposições dos artigos 217, 218 e 219 do PDE, aos terrenos particulares localizados em:

- I. áreas destinadas à implantação do Parque Linear do Rio Verde;
- II. extensão do Tiquatira Radial Leste e com relocação do Terminal Itaquera;
- III. Operação Urbana Consorciada Rio Verde – Jacu;
- IV. nova centralidade - abertura da Nova Radial;
- V. glebas ou lotes para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI. ZEIS 1 e ZEIS 2 – Zonas Especiais de Interesse Social, visando à regularização fundiária e à implantação dos planos urbanísticos;
- VII. imóveis resultantes de alargamentos de vias estruturais que estiverem abaixo das características mínimas estabelecidas para a Zona de Uso, ou imóveis não edificáveis segundo as exigências do Código de Obras e Edificações.

Seção VI. Das Áreas de Intervenção Urbana

Art. 50. No território desta Subprefeitura ficam estabelecidas as Áreas de Intervenção Urbana constantes do Quadro 05A e Mapa 05, integrantes deste Livro.

§ 1º Os procedimentos de implantação das AIU bem como os instrumentos urbanísticos nelas aplicáveis serão definidos em legislação específica.

§ 2º Para as Áreas de Intervenção Urbana, deverão ser elaborados projetos urbanísticos atendendo aos parâmetros apontadas no Quadro 05A, integrante deste PRE.

Seção VII. Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 51. A Operação Urbana Consorciada Rio Verde–Jacu no território desta Subprefeitura apresenta as seguintes diretrizes:

- I. interligar a região do ABC, o porto de Santos, as Rodovias Airton Senna e Dutra e o Aeroporto Internacional de Guarulhos;
- II. implantar terminal de carga logístico às margens da Av. Jacu-Pêssego para atender às demandas geradas pela ZPI;
- III. incentivar a implantação de Pólo de Desenvolvimento Econômico da região, para o qual é necessário a acomodação da malha urbana existente, além de atrativos para implantação de atividades de serviços e comércio de porte intermunicipal e até interestadual;

IV. implantar vias marginais em toda a extensão da Av. Jacu-Pêssego, dos dois lados, conforme projeto específico;

V. consultar o Conselho Gestor da APA do Carmo, nos assuntos a esta pertinentes;

Vi. estabelecer, por lei específica, os seguintes coeficientes de aproveitamento:

a) CA mínimo = 0,5;

b) CA básico = 1,0;

c) CA máximo = 4,0.

Art. 52 – A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu deverá ser estruturada e desenvolvida em consonância com os objetivos da AIU – PRODEL definida na Parte II desta Lei.

Seção VIII. Dos Instrumentos de Gestão Urbana

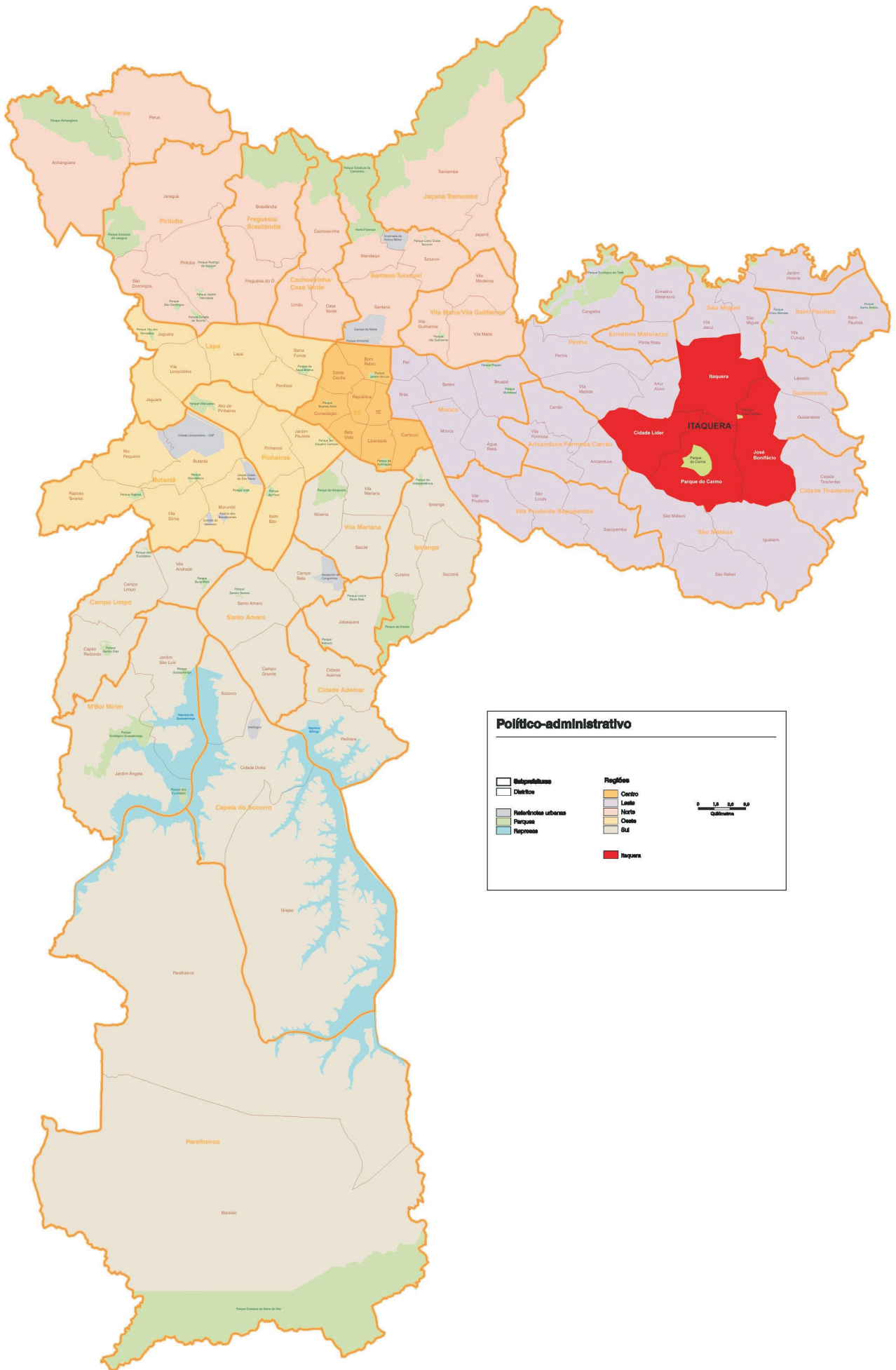
Art. 53 – Ficam instituídos os seguintes Projetos Estratégicos de Intervenção Urbana - PEIU:

I. centralidades definidas no artigo 35 deste PRE;

II. terminal de cargas logístico, com o objetivo de atender às demandas geradas na AIU – PRODEL como aquelas decorrentes do fluxo de transporte de cargas pela Av. Jacu-Pêssego.

Título IV – Das Disposições Gerais

Art. 54 – Fica alterado o perímetro da Macrozona de Proteção Ambiental delimitada no Mapa 01, anexo à Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002 – PDE, nos termos do artigo 27 deste PRE.

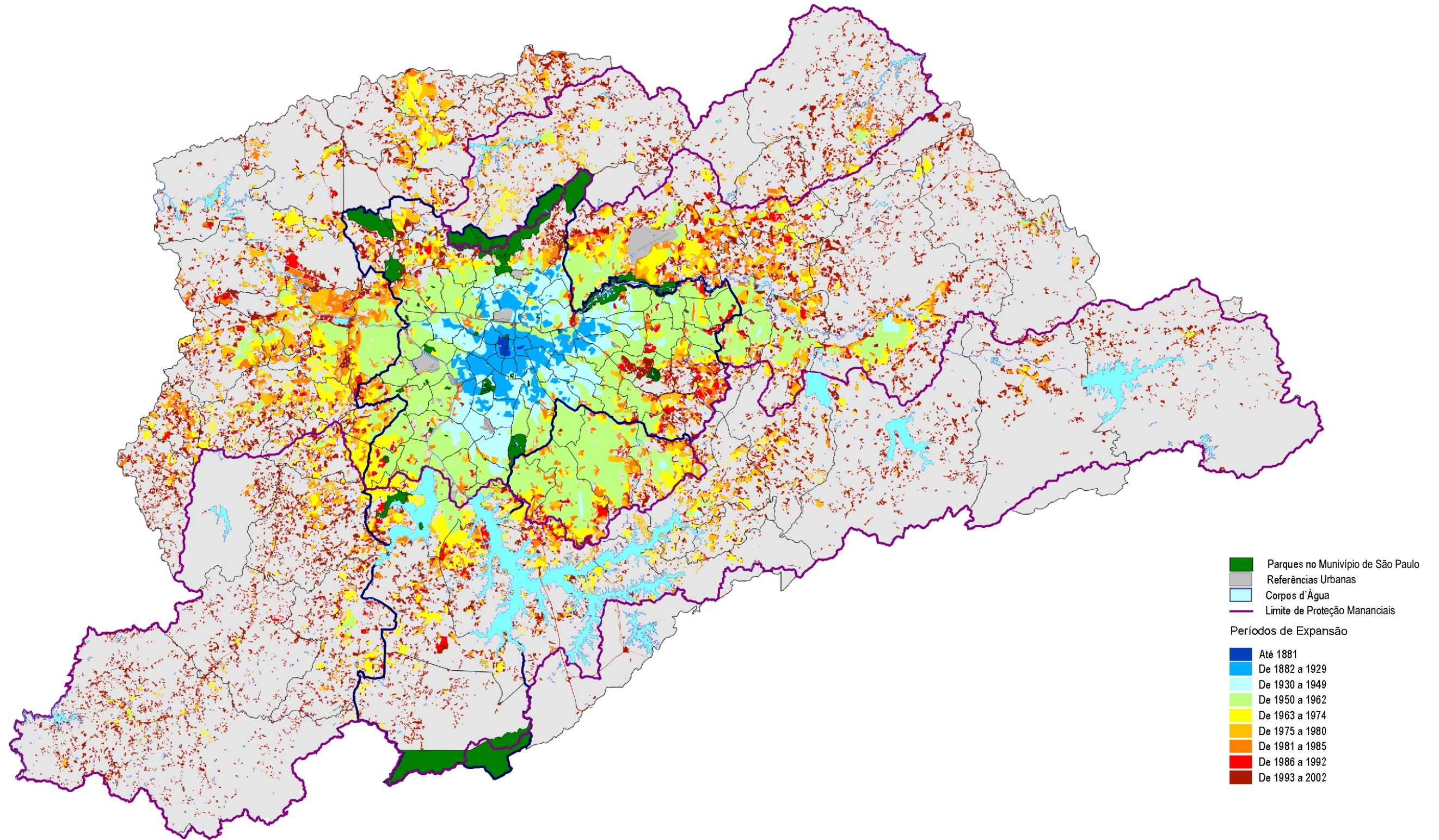


Político-administrativo

Submunicípios	Freguesias	
Distritos	Centro	
Residências urbanas	Leste	
Parque	Norte	
Represa	Oeste	
	Sul	
	Itaquerá	

Área Urbanizada, segundo Período de Expansão

Região Metropolitana de São Paulo
1881/2002



Entrevista e principais resultados da pesquisa:

1 – Perfil do entrevistado

Sexo Feminino: 54%

Sexo Masculino: 46%

Média de Idade:

De 28 a 62 anos

Escolaridade:

Analfabetos: 02 pessoas

Estudaram até o Ensino Fundamental I: 15 pessoas

Estudaram até o Ensino Fundamental II: 07 pessoas

Estudaram até o Ensino Médio: 06 pessoas

Ensino Superior Incompleto: 02 pessoas

Ensino Superior Completo: 0 pessoas

2. Tempo de permanência no endereço:

RESPOSTA

0 a 10 anos: 16

10 a 15 anos: 08

15 a 20: 05

mais de 20: 03

3. Freqüência nos Parques

Já freqüentou algum parque público?

(01) sim (31) não

4. Já visitou algum espaço com área verde, cercado e com seguranças, dentro de São Paulo?

Sim (18) não (14)

5. Considera importante que as áreas verdes sejam protegidas e seguras de riscos de ocupação?

Sim (32) não ()

6. você entende que o espaço que está sendo construído é um parque?

Sim (06) não (26)

7. a estrutura que está sendo construída assegura que a área vai permanecer conforme o projeto?

Sim (06) não (26)

8. acredita que o projeto do parque valoriza a área?

Sim (2) não (20)

9. Percebe alguma mudança no uso do espaço pelas pessoas?

Sim (24) não (08)

10. você concorda que a criação do parque deve interferir no endereço das pessoas (provocar as desapropriações)?

Sim (10) não (22)

11. você concorda que o parque é mais importante que as moradias das pessoas?

Sim (08) não (24)

12. O que você espera como resultado do parque

(02) beleza (24) menos enchente (04) menos violência (06) lazer para as crianças () ar puro () espaço para esportes

13. como você avalia o processo da obra?

Bom () regular (01) ruim (08) péssimo (23)

14. Colaboraria na manutenção das características do parque depois de pronto?

Sim (28) não (4)